



Análise do envolvimento parental na eficácia das intervenções dos CAFAP
em famílias de crianças e jovens em risco no concelho de Bragança

Joana Santos Machado

*Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Bragança
para obtenção do Grau de Mestre em Educação Social – Educação e
Intervenção ao Longo da Vida*

Orientada por

Carla Isabel Pedroso de Lima

Bragança

2025

Dedicatória

À minha mãe, pelo amor incondicional, pela força silenciosa e pela fé que sempre depositou em mim.

Ao meu avô, uma presença serena e o maior exemplo da vida toda. Sou-lhe grata todos os dias apenas por existir. Por me ensinar, no carinho e no gesto, que o amor verdadeiro não precisa de palavras para ser eterno e incondicional. Soubesse ele a sorte que tenho por ser meu.

A todos os que me mostraram que cuidar é também acreditar, mesmo quando o caminho parece longo.

Agradecimentos

A realização desta dissertação representa o culminar de um percurso de crescimento, marcado pela persistência, pela escuta e pela partilha. Um caminho que só foi possível graças à presença e ao apoio de pessoas e instituições que deixaram em mim uma marca profunda.

À minha orientadora, pela sábia orientação, pela paciência e pela forma humana com que acompanhou cada etapa deste trabalho. A sua exigência equilibrada e a confiança transmitida foram fundamentais para a concretização deste projeto.

À minha família, o meu mais sincero agradecimento. Pelo amor constante, pela paciência nas horas de ausência e por nunca deixarem que o desânimo vencesse a vontade. São o meu porto seguro e a razão de cada conquista.

Aos técnicos e às famílias do CAFAP, pela generosidade e pela confiança em partilhar experiências de vida tão significativas. Este trabalho é, acima de tudo, uma homenagem às vossas histórias, à vossa coragem e à vossa esperança.

Resumo

A presente dissertação, intitulada “*Análise do envolvimento parental na eficácia das intervenções dos CAFAP em famílias de crianças e jovens em risco no concelho de Bragança*”, tem como principal objetivo compreender a relação entre o envolvimento parental e a eficácia das intervenções desenvolvidas nos Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP).

Partindo do pressuposto de que o sucesso das práticas de apoio familiar depende, em grande medida, da qualidade da relação estabelecida entre técnicos e famílias, o estudo procura analisar de que forma o grau de envolvimento parental influencia os resultados da intervenção, tanto no nível das mudanças comportamentais e relacionais quanto na consolidação de competências parentais.

A investigação adota uma metodologia mista, de natureza predominantemente qualitativa, articulando entrevistas semiestruturadas com técnicos e famílias e a aplicação de um questionário descritivo. A amostra foi constituída por uma equipa técnica multidisciplinar e por seis famílias acompanhadas por um CAFAP região de Bragança.

Os resultados evidenciam que a eficácia das intervenções está intimamente associada ao nível de envolvimento parental, sendo as mudanças mais expressivas observadas em famílias que participaram ativamente no processo interventivo. Verificou-se que a confiança, a empatia e a comunicação entre técnicos e famílias constituem fatores decisivos para a adesão e a sustentabilidade das mudanças.

O estudo confirma, assim, que o envolvimento parental é um fator determinante para o sucesso das intervenções CAFAP, devendo as práticas profissionais privilegiar abordagens baseadas na parentalidade positiva, na mediação e no empowerment familiar.

Os resultados obtidos contribuem para a reflexão sobre as políticas e práticas de apoio à parentalidade em contextos de vulnerabilidade, reforçando o papel dos CAFAP como respostas sociais essenciais à promoção do bem-estar familiar e à proteção de crianças e jovens.

Palavras-chave: envolvimento parental; parentalidade positiva; CAFAP; intervenção familiar; crianças e jovens em risco.

Abstract

This dissertation, entitled “*Analysis of Parental Involvement in the Effectiveness of CAFAP Interventions with Families of Children and Young People at Risk in the Municipality of Bragança*”, examines the relationship between parental involvement and the effectiveness of interventions delivered by Family Support and Parental Counselling Centres (CAFAP).

Based on the assumption that the success of family support practices largely depends on the quality of the relationship established between professionals and families, this study analyses how the degree of parental involvement influences intervention outcomes — both in terms of behavioral and relational changes and in the consolidation of parental competences.

The research adopts a mixed-method approach, predominantly qualitative, combining semi-structured interviews with professionals and families and the application of a descriptive questionnaire. The sample consisted of a multidisciplinary technical team and six families supported by the CAFAP of Bragança region.

The findings reveal that the effectiveness of interventions is closely linked to the level of parental involvement, with the most significant changes observed in families that actively participated in the process. Trust, empathy, and communication between professionals and families emerged as key factors for adherence and for the sustainability of change.

The study confirms that parental involvement is a key factor in the success of CAFAP interventions, underscoring the importance of professional practices based on positive parenting, mediation, and family empowerment.

The results contribute to reflections on policies and practices that support parenting in contexts of vulnerability, reinforcing the role of CAFAP as an essential social response for promoting family well-being and protecting children and young people.

Keywords: parental involvement; positive parenting; CAFAP; family intervention; children and young people at risk

Índice

Dedicatória	ii
Agradecimentos.....	ii
Resumo.....	iii
Abstract	iv
Introdução.....	1
Parte I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO	4
Capítulo 1 - Os CAFAP enquanto recursos de apoio e mediação na e para a parentalidade	4
1.1. Resenha Sociohistórica e legal de enquadramento dos CAFAP	5
1.2. Os CAFAP na literatura: uma revisão	6
Capítulo 2 - A Parentalidade enquanto Processo	6
2.1. Abordagem conceptual à parentalidade	6
Capítulo 3 - A Mediação Social enquanto ferramenta na educação social e nos CAFAP	20
3.1 A Mediação Social e o seu entrosamento na Educação Social e nos CAFAP	20
Capítulo 4 - O papel do Educador Social em CAFAP e com a parentalidade	23
4.1 Enquadramento Geral do Papel do Educador Social.....	23
4.2 A Intervenção do Educador Social em Contexto Familiar.....	24
Parte II - INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA	27
Capítulo 1 - Problema e Objetivos do Estudo	27
1.1. Introdução.....	27

1.2. Contextualização do Problema	27
1.3. Formulação do Problema de Investigação.....	28
1.4. Objetivos do Estudo	28
1.5. Relevância e Justificação do Estudo	29
Capítulo 2 - Desenho Metodológico e Salvaguardas Éticas.....	30
2.1 Enquadramento Metodológico	30
2.2 Tipo de Estudo e Metodologia	30
2.4 Salvaguardas Éticas.....	31
Capítulo 3 - Técnicas de Recolha de Dados.....	32
3.1. Construção e Validação do Guião da Entrevista.....	32
3.1.1 Descrição e Procedimentos de Aplicação	34
3.2. Escolha e Caracterização da Escala Estilos Parentais (PSDQ).....	35
3.2.1 Descrição e Procedimentos de Aplicação	36
Capítulo 4 - Caracterização dos participantes	37
4.1 Caracterização das Técnicas do CAFAP.....	38
4.2 Caracterização das Famílias Participantes	39
Capítulo 5 – Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados	41
5.1. Resultados da Entrevista	41
5.1.1. Resultados da Aplicação na Equipa Técnica.....	41
5.1.2. Resultados da Aplicação às Famílias	42
5.1.3. Conclusão da Análise Qualitativa das Entrevistas às Famílias e Técnicas.....	42
5.2. Dados da Escala.....	47

5.2.1 Introdução à Análise Quantitativa.....	47
5.2.2 Dimensão A – Competências Parentais.....	48
5.2.3 Dimensão B – Dinâmica Familiar.....	48
5.2.4. Conclusões sobre os Dados da Escala.....	49
5.2.5. Interpretação dos resultados.....	50
Capítulo 6 – Triangulação dos Resultados.....	51
6.1 Triangulação dos Resultados: Escala PSDQ × Entrevistas.....	51
6.2 Metodologia da Triangulação.....	52
6.3 Análise Integrada dos Resultados.....	53
6.4 Interpretação dos Resultados à Luz dos Objetivos.....	56
6.5 Conclusão da Triangulação.....	57
6.6. Principais Conclusões do estudo em Síntese:.....	58
Reflexão e Considerações finais.....	62
Referências Bibliográficas.....	66
Anexos.....	72
Anexo 1 - Guião de Entrevista Aplicado às Técnicas do CAFAP.....	72
Anexo 2 - Guião de Entrevista Aplicado às Famílias Acompanhadas pelo CAFAP.....	76
Anexo 3 – Termo de Consentimento Informado: participação na entrevista.....	81
Anexo 4 - Termo consentimento informado: consentimento gravação entrevista.....	82

Índice de Figuras

Figura 1 – Síntese das Conclusões das Entrevistas Realizadas	43
Figura 2 – Distribuição dos Estilos Parentais das Famílias Acompanhadas pelo CAFAP (PSDQ)	55

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Caracterização Sintética da Amostra	38
Tabela 2 - Síntese Interpretativa das Dimensões Analisadas nas Entrevistas	46
Tabela 3 - Médias dos Estilos Parentais por Família (PSDQ)	67

Índice de Siglas

APA	American Psychological Association
CAFAP	Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental
CPCJ	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens
DGSS	Direção-Geral da Segurança Social
EF	Entrevistada Família
IFPS	Intensive Family Preservation Services
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPB	Instituto Politécnico de Bragança
ISS	Instituto da Segurança Social
PIAF	Plano Individual de Apoio Familiar
PSDQ	Parenting Styles and Dimensions Questionnaire
RGPD	Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados
WMA	World Medical Association

Introdução

A família constitui o primeiro e mais determinante contexto de socialização do ser humano. É no seio familiar que se constroem os alicerces do desenvolvimento afetivo, social e moral, sendo as relações parentais determinantes para o bem-estar e a formação integral da criança (Bowlby, 1988; Relvas, 2011). No entanto, as profundas transformações sociais, económicas e culturais das últimas décadas vieram alterar significativamente a estrutura e a dinâmica das famílias, introduzindo novos desafios ao exercício da parentalidade e à sua função educativa (Carvalho, 2016; Wall, 2015).

Neste contexto, as políticas sociais em Portugal têm procurado responder a essas mudanças através da criação de serviços especializados de apoio à família e à parentalidade, centrados na prevenção do risco e na promoção de competências parentais. Entre estas respostas, destacam-se os Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP), criados pela Portaria n.º 120/98 e atualizados pela Portaria n.º 139/2013, enquanto estruturas integradas na rede de proteção e promoção dos direitos das crianças e jovens (DGSS, 2019; Portugal, 2013).

Os CAFAP representam um marco na política de intervenção familiar em Portugal, ao privilegiarem abordagens baseadas na parentalidade positiva, na prevenção e no empowerment das famílias, em detrimento de modelos assistencialistas ou punitivos (Rodrigo et al., 2010; Saleebey, 2006). Estas respostas procuram, por meio de práticas de mediação e acompanhamento personalizado, apoiar as famílias na reconstrução das suas dinâmicas, promovendo o bem-estar das crianças e a preservação dos vínculos afetivos.

A intervenção dos CAFAP, contudo, enfrenta desafios significativos. A eficácia das suas ações depende, em larga medida, do nível de envolvimento parental e da qualidade da relação estabelecida entre técnicos e famílias (Carvalho, 2016). O envolvimento parental, entendido como a participação ativa e consciente dos pais no processo educativo e interventivo, constitui um fator preditor essencial do sucesso das práticas familiares e da sustentabilidade das mudanças (Belsky, 1984; Rodrigo et al., 2008).

Com base nestas premissas, a presente dissertação, intitulada "Análise do envolvimento parental na eficácia das intervenções dos CAFAP em famílias de crianças e jovens em risco

no concelho de Bragança", tem como objetivo central analisar a relação entre o envolvimento parental e a eficácia das intervenções desenvolvidas em contexto CAFAP, explorando as perceções tanto dos técnicos como das famílias acompanhadas.

Para a concretização deste propósito, a investigação orienta-se por um conjunto de objetivos específicos, estruturados em três dimensões fundamentais: a caracterização das famílias e dos processos de sinalização, a análise do envolvimento parental e das intervenções realizadas, e a compreensão das perceções dos atores envolvidos.

No âmbito da caracterização das famílias e do risco, pretende-se identificar quais são os tipos de parentalidade presentes nas famílias participantes, de modo a identificar padrões relacionais e educativos que condicionam o exercício da função parental. Procura-se igualmente explorar os diferentes tipos de risco e perigo identificados nos processos de acompanhamento, bem como os critérios adotados pelos técnicos na sinalização dos casos, compreendendo os fundamentos que orientam a entrada das famílias no sistema de proteção e promoção.

Relativamente ao envolvimento parental e à intervenção, o estudo visa identificar o tipo e o nível de envolvimento parental em cada participante, considerando a sua participação ativa, motivação e responsabilização ao longo do processo de acompanhamento. Simultaneamente, propõe-se caracterizar o tipo de intervenção realizada junto das famílias, descrevendo as estratégias, metodologias e práticas adotadas pelos CAFAP no apoio às dinâmicas familiares.

No que respeita à análise da eficácia e das perceções, pretende-se analisar a relação entre o envolvimento parental e a eficácia das intervenções, distinguindo diferentes tipos e intensidades de participação familiar e o seu impacto nos resultados. Importa ainda interpretar as perceções dos técnicos quanto à eficácia do sistema de promoção e proteção e ao papel das famílias nesse processo, valorizando a sua experiência profissional enquanto observadores privilegiados da dinâmica interventiva. Por fim, propõe-se analisar as perceções das famílias relativamente à intervenção recebida e ao impacto do CAFAP na sua dinâmica parental e relacional, dando voz aos próprios destinatários da ação e reconhecendo-os como agentes ativos do processo de mudança.

O estudo baseia-se numa metodologia mista, de natureza predominantemente qualitativa, complementada por uma componente quantitativa descritiva. A recolha de dados foi realizada através de entrevistas semiestruturadas a técnicos e famílias, e de um questionário

aplicado às famílias acompanhadas. Esta opção metodológica, inspirada em Creswell (2014) e Flick (2018), permitiu articular a profundidade interpretativa das narrativas com a objetividade dos dados observáveis, proporcionando uma compreensão abrangente e contextualizada do fenómeno.

A escolha do concelho de Bragança como contexto de estudo deve-se às suas particularidades territoriais e demográficas — um território de baixa densidade populacional, com elevados índices de envelhecimento e dispersão geográfica, onde as práticas de intervenção familiar enfrentam desafios específicos de acesso, continuidade e articulação em rede (INE, 2021; Pereira, 2018; Santos, 2021). Este enquadramento permite não só analisar a eficácia das intervenções CAFAP em contextos rurais, como também contribuir para o conhecimento científico sobre dinâmicas familiares em meios de menor densidade, frequentemente sub-representados na investigação social.

A relevância deste estudo decorre, assim, da necessidade de aprofundar a compreensão sobre como e em que condições o envolvimento parental influencia a eficácia das intervenções CAFAP, oferecendo contributos tanto para a prática profissional dos técnicos como para o aperfeiçoamento das políticas públicas de apoio à família. A dissertação organiza-se em duas partes principais. A Parte I corresponde ao *Enquadramento Teórico*, onde se abordam as dimensões conceptuais da parentalidade, os estilos parentais, a parentalidade positiva, o papel da mediação social e a função do educador social nos CAFAP. A Parte II, designada *Investigação Empírica*, integra o *Desenho Metodológico*, a *Caracterização dos Participantes*, a *Apresentação e Discussão dos Resultados*, e termina com as *Reflexões e Considerações Finais*.

Em síntese, esta investigação procura contribuir para a valorização do envolvimento parental enquanto elemento estruturante das práticas de intervenção social e educativa, reafirmando o papel dos CAFAP como respostas fundamentais na promoção da parentalidade positiva e na proteção das crianças e jovens em contexto familiar.

Parte I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Capítulo 1 - Os CAFAP enquanto recursos de apoio e mediação na e para a parentalidade

Os Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) integram a rede nacional de proteção e promoção dos direitos das crianças, com foco nas famílias em vulnerabilidade e risco. Assumem-se como respostas especializadas para promover a parentalidade positiva, reforçar competências educativas e evitar soluções de rutura, como a institucionalização, privilegiando a prevenção, a capacitação e a mediação familiar (DGSS, 2019; Conselho da Europa, 2006; Rodrigo et al., 2010). Esta orientação traduz a evolução das políticas sociais portuguesas, que têm vindo a privilegiar intervenções precoces, colaborativas e centradas na família, em detrimento de modelos assistencialistas ou punitivos.

A presente investigação analisa essa viragem a partir de uma questão central: de que modo o envolvimento parental se relaciona com a eficácia das intervenções no contexto do CAFAP? Parte-se da ideia de que a qualidade e adequação do apoio técnico — ajustado às necessidades de cada agregado e sustentado numa relação empática — determinam o nível de envolvimento dos pais, o qual, por sua vez, prediz a eficácia dos resultados (Carvalho, 2016; DGSS, 2019).

A intervenção não ocorre em vácuo. Em territórios de baixa densidade e grande dispersão geográfica, como Bragança, barreiras de acesso tornam as visitas domiciliárias centrais para envolver e reter famílias (INE, 2021; Rodrigo et al., 2008). A escassez de recursos especializados e a distância aos serviços exigem coordenação interinstitucional e criatividade logística (Pereira, 2018; Santos, 2021). O envelhecimento demográfico e a frequência de avós cuidadores colocam desafios próprios (língua e métodos, fadiga, conflitos intergeracionais) e pedem adaptações pedagógicas (INE, 2021; Santos, 2021). A cultura de reserva e o estigma em meios pequenos recomendam tempos alongados de construção de confiança, linguagem clara e não técnica e, quando pertinente, pontes comunitárias (Alves, 2013; Pereira, 2018; Santos, 2021). A emigração e a parentalidade à distância exigem estratégias de manutenção de vínculos e uso de tecnologia (INE, 2021).

Os CAFAP atuam como provedores de apoio direto e mediadores entre famílias e sistemas, articulando capacitação parental, trabalho em rede e adaptação territorial. Quando

a intervenção é relacional, ajustada e não julgadora, tende a aumentar o envolvimento parental e, com isso, a eficácia — especialmente em contextos multi-desafiadas. É esta relação que a presente investigação explora no contexto de Bragança.

1.1. Resenha Sociohistórica e legal de enquadramento dos CAFAP

Criados em 1998, os CAFAP resultam de um processo histórico de reforma do sistema português de proteção à infância, que deslocou o foco da institucionalização e punição para a prevenção, capacitação parental e intervenção integrada (Alberto, 2004; Tomé, 2011; Delgado, 2006; Rodrigo et al., 2008). A sua consolidação acompanha a internalização da Convenção dos Direitos da Criança e a progressiva desjudicialização de respostas, privilegiando apoio às famílias e preservação de vínculos (Nações Unidas, 1989).

Durante séculos, prevaleceu um modelo assistencialista e institucional, centrado em orfanatos e casas de acolhimento de matriz religiosa, com fraca atenção a direitos da criança e apoio às famílias (Sá, 1995; Abreu, 2000). A Lei de 1911 introduziu tutela estatal, mas manteve lógica punitiva e pouca intervenção familiar (Fonseca, 2004).

No Estado Novo, a institucionalização foi reforçada, com a categoria vaga de “perigo moral” e fraca supervisão pública, acumulando evidência de danos psicossociais (Tomé, 2011; Guerra, 1998; Soares, 1996).

A Constituição de 1976 consagrou direitos da criança e da família, mas a viragem efetiva foi gradual. A partir dos anos 1980, a evidência sobre efeitos negativos da institucionalização prolongada impulsionou mudanças (Rutter, 1981; Tizard & Hodges, 1978; Soares, 1987).

Com a Convenção e as reformas de 1995–1998, recomendou-se prevenção e apoio familiar: surgem os CAFAP como resposta comunitária de capacitação parental e mediação (Comissão para a Reforma, 1997; Nações Unidas, 1989).

A Portaria n.º 139/2013 atualiza a 120/98, clarifica finalidades, introduz empowerment e reforça formação técnica e articulação em rede, alinhando com evidência internacional (Portugal, 2013; Lopes, 2020).

Os CAFAP representam a maturidade do sistema português: da substituição familiar à capacitação, da fragmentação à rede, da punição à prevenção. Persistem desafios (recursos, avaliação, formação), mas a trajetória é consistente com os melhores referenciais internacionais.

1.2. Os CAFAP na literatura: uma revisão

A produção académica sobre CAFAP é recente e ainda limitada quando comparada com programas internacionais análogos (Calheiros et al., 2018; Delgado, 2020; Rodrigo et al., 2008). Nas últimas duas décadas, cresceu o número de teses e artigos sobre práticas, eficácia e perceções de técnicos e famílias (Martins, 2004; Guerra, 2002; Silva, 2016; Lopes, 2020; Santos, 2021). Para esta síntese, foram exploradas bases de dados em 2000–2024, com critérios de inclusão metodológica, identificando 143 estudos internacionais, 31 publicações portuguesas sobre CAFAP e 67 estudos sobre envolvimento parental.

A visita domiciliária dispõe da base mais robusta. O Nurse-Family Partnership (Olds) mostrou reduções de maus-tratos, melhorias parentais e retornos económicos sustentados (Olds, 2006; Olds et al., 2004, 2007; Eckenrode et al., 2017; Karoly et al., 2005). A replicação no Reino Unido apresentou resultados mistos, sugerindo efeitos de contexto (Robling et al., 2016). Meta-análises reportam efeitos pequenos a moderados e destacam fidelidade, qualificação dos profissionais e dose como moderadores críticos (Sweet & Appelbaum, 2004; Gomby, 2005). Serviços IFPS mostram efeitos curtos e heterogéneos (Berry, 1992; Schuerman et al., 1994; Lindsey et al., 2001). Programas Incredible Years e Triple P apresentam ganhos consistentes em práticas e comportamento infantil, sobretudo quando experienciais e ajustados (Menting et al., 2013; Nowak & Heinrichs, 2008).

Em Portugal, faltam ensaios controlados, follow-ups longos, avaliações custo-benefício e estudos fora dos grandes centros. Carece igualmente de explorar mecanismos de mudança e vozes das crianças. Dada a centralidade do envolvimento parental para os resultados, urge investigar como o apoio CAFAP o potencia (ou inibe) em contextos rurais e multi-desafiadas — objetivo a que este estudo pretende responder.

Capítulo 2 - A Parentalidade enquanto Processo

2.1. Abordagem conceptual à parentalidade

A parentalidade compreende um conjunto de funções, práticas e relações através das quais se asseguram cuidados, proteção, educação e socialização das crianças. É um processo multidimensional que articula cuidados físicos, responsividade emocional e disciplina estruturante, dimensões que devem manter-se em equilíbrio para favorecer um desenvolvimento saudável (Hoghughli & Long, 2004). A responsividade afetuosa e a

previsibilidade geram vínculos seguros; os limites consistentes e a promoção da autorregulação fortalecem competências socioemocionais e morais (Bowlby, 1988).

O modelo de Belsky (1984) ajuda a compreender por que razão a parentalidade varia entre famílias e ao longo do tempo. Três domínios interligados moldam as práticas parentais:

1. Características parentais (saúde mental, crenças, conhecimentos sobre desenvolvimento infantil);
 2. Características da criança (temperamento, necessidades específicas);
 3. Contexto social (qualidade das relações, apoio formal e informal, recursos).
- As interações entre estes domínios explicam por que motivos o mesmo “programa” tem efeitos distintos consoante perfis parentais, necessidades das crianças e condições socioeconómicas. Daqui decorre a pertinência de intervenções ajustadas e graduadas em intensidade, como as preconizadas pelos CAFAP (DGSS, 2019).

A Recomendação (Rec 2006/19) conceptualiza parentalidade positiva como o exercício parental não violento, capacitante e respeitador, baseado no afeto, no estabelecimento de limites, na orientação e na participação da criança (Conselho da Europa, 2006). Rodrigo et al. (2008) operacionalizam este paradigma em princípios como: vínculos seguros, rotinas estruturadas, estímulo à aprendizagem, reconhecimento de competências e educação sem violência. Em Portugal, a Portaria n.º 139/2013 consagra explicitamente a promoção da parentalidade positiva como finalidade nuclear dos CAFAP (Portugal, 2013), alinhando a prática e a política pública.

A literatura crítica mostra as limitações do antigo modelo do défice, centrado em falhas e prescrição técnica unidirecional, frequentemente gerador de resistência e desvinculação (Rodrigo et al., 2008). Em alternativa, o modelo baseado em forças/empowerment parte do reconhecimento de recursos e potencialidades em todas as famílias e aposta em parcerias colaborativas, definição partilhada de objetivos e aprendizagem experiencial (Saleebey, 2006; Carvalho, 2016). É esta lógica que estrutura a intervenção CAFAP.

A Portaria n.º 139/2013 prevê três modalidades com intensidade crescente (art.º 8.º):

- Aconselhamento parental e familiar (intervenção breve e focalizada);
- Visitas domiciliárias (apoio de média duração, contextual e mais intensivo);
- Gestão de processos de prevenção (acompanhamentos prolongados e articulados em rede).

A evidência internacional sobre visitação domiciliária sustenta ganhos em parentalidade e proteção infantil quando profissionais qualificados, intensidade suficiente e fidelidade de implementação estão asseguradas (Sweet & Appelbaum, 2004; Gomby, 2005; Olds, 2006). Ensaios do Nurse-Family Partnership reportam impactos consistentes na redução de maus-tratos, melhorias parentais e benefícios custo-efetivos (Olds et al., 2004, 2007; Eckenrode et al., 2017; Karoly et al., 2005), embora a transferência para outros contextos exija adaptações (Robling et al., 2016). Programas estruturados de educação parental como Incredible Years e Triple P apresentam efeitos pequenos a moderados em práticas parentais e comportamento infantil, sobretudo quando experienciais e contextualizados (Menting, Orobio de Castro & Matthys, 2013; Nowak & Heinrichs, 2008). Em contrapartida, serviços de preservação familiar muito intensivos (IFPS) mostram efeitos limitados a curto prazo e pouco robustos no longo prazo (Berry, 1992; Schuerman, Rzepnicki & Littell, 1994; Lindsey et al., 2001). A leitura convergente é clara: intensidade adequada, qualidade técnica e adaptação ao contexto fazem a diferença.

A família constitui a célula base da sociedade e o principal contexto de socialização do ser humano. É neste espaço relacional que se desenvolvem as primeiras aprendizagens afetivas, sociais e culturais, sendo, por isso, reconhecida como um sistema essencial ao equilíbrio individual e coletivo (Relvas, 2011; Silva, 2010). A família é, simultaneamente, um lugar de pertença, de construção de identidade e de transmissão de valores, onde se moldam atitudes e comportamentos que acompanham o indivíduo ao longo da vida.

A Teoria Sistémica da Família, inspirada nos trabalhos de Minuchin (1974) e Bowen (1978), introduziu uma visão inovadora sobre o funcionamento familiar, ao compreender a família como um sistema relacional interdependente. Segundo esta perspectiva, a família é composta por elementos que interagem de forma dinâmica e contínua, influenciando-se mutuamente. O comportamento de cada membro só pode ser compreendido à luz das interações e padrões de comunicação que se estabelecem entre todos (Relvas, 2011).

De acordo com Relvas (2011), o sistema familiar organiza-se em subsistemas — conjugal, parental, fraternal e individual —, cada um com funções específicas e interligadas. A harmonia do sistema depende do equilíbrio entre estes subsistemas e da capacidade da família de se adaptar às mudanças inerentes ao ciclo de vida. Quando um dos elementos ou subsistemas sofre uma alteração (como um divórcio, o nascimento de um filho ou a perda de um emprego), todo o sistema é afetado, exigindo processos de reajustamento que mantenham o equilíbrio.

A família, enquanto sistema aberto, está em constante interação com o seu meio envolvente. Bronfenbrenner (2005), na sua Teoria Bioecológica do Desenvolvimento Humano, reforça que o crescimento individual resulta da interação entre o sujeito e os diferentes sistemas em que está inserido — o microsistema (família, escola), o mesossistema (relações entre contextos), o exossistema (instituições) e o macrossistema (valores culturais e sociais). Assim, o funcionamento familiar não pode ser dissociado do contexto social mais amplo, das políticas públicas, das condições económicas e das transformações culturais.

A dinâmica familiar contemporânea tem vindo a alterar-se de forma significativa nas últimas décadas. O modelo tradicional — assente numa estrutura nuclear, heteroparental e com divisão de papéis rígida — deu lugar a uma diversidade de configurações familiares. Hoje coexistem famílias monoparentais, recompostas, homoparentais, alargadas e de guarda partilhada, refletindo uma sociedade mais plural e flexível (Carvalho, 2016; Wall, 2007).

Segundo Wall (2015), esta pluralidade familiar deve ser entendida como um reflexo das mudanças sociais e não como uma ameaça à coesão social. A autora destaca que as novas formas familiares surgem como resposta à transformação dos valores, à emancipação das mulheres e à redefinição das relações de poder e afeto. Também Almeida (2005) observa que as transformações nas estruturas familiares decorrem de uma reconfiguração dos papéis parentais, marcada por maior igualdade de género e corresponsabilidade na educação dos filhos.

Contudo, esta diversificação traz novos desafios. A instabilidade laboral, a precariedade económica, a ausência de redes de apoio e o aumento das responsabilidades individuais dificultam o exercício da parentalidade, sobretudo em famílias em situação de vulnerabilidade (Carvalho, 2016). Como refere Relvas (2011), às famílias enfrentam hoje “crises de desenvolvimento” mais frequentes, que exigem processos constantes de adaptação. Estes desafios são tanto internos (transições no ciclo vital) como externos (condicionantes socioeconómicas).

A globalização e a revolução tecnológica alteraram também o modo como as famílias se relacionam, comunicam e organizam o tempo. O acesso contínuo à informação e as exigências do mundo laboral têm reduzido o tempo de convivência familiar, aumentando a distância emocional entre pais e filhos. Por outro lado, as redes digitais podem funcionar como recurso de apoio e partilha, especialmente em famílias monoparentais ou com dificuldades de deslocação (Silva & Cardoso, 2017).

As mudanças nas dinâmicas conjugais — como o aumento dos divórcios, as uniões de facto e as famílias recompostas — também impactam a parentalidade. Carvalho (2016) aponta que estas realidades implicam novas formas de reorganização familiar, exigindo aos pais competências relacionais acrescidas para garantir estabilidade e continuidade educativa. Neste sentido, a parentalidade deixa de ser uma função estática e passa a ser um processo contínuo de adaptação, que requer flexibilidade e capacidade de cooperação entre os cuidadores, mesmo quando a relação conjugal termina.

Bowlby (1988) sublinha a importância dos vínculos de apego na primeira infância, enfatizando que as qualidades das relações familiares têm impacto direto no desenvolvimento emocional das crianças. Assim, a coesão familiar e o suporte emocional tornam-se fatores protetores fundamentais, especialmente em contextos marcados por stress, pobreza ou violência. Quando o sistema familiar é incapaz de responder de forma adequada às necessidades dos seus membros, torna-se vulnerável, podendo requerer apoio externo especializado.

Neste contexto, surgem as políticas sociais e os serviços de apoio à família, como os Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP), que assumem um papel crucial na promoção da parentalidade positiva e na prevenção de situações de risco (DGSS, 2019). Estas estruturas operam com base numa lógica sistémica, valorizando a participação ativa das famílias e a corresponsabilização parental como elementos centrais do processo de mudança.

Segundo Carvalho (2016), a intervenção junto das famílias deve partir de uma perspetiva de empowerment, reconhecendo as suas potencialidades e capacidades de auto-organização. Esta abordagem assenta no princípio de que todas as famílias, independentemente de sua configuração, possuem recursos internos que podem ser mobilizados para o próprio desenvolvimento.

Por outro lado, autores como Rivas (2011) e Bowen (1978) sublinham que as dificuldades familiares não devem ser encaradas como falhas individuais, mas como desequilíbrios temporários do sistema, resultantes da interação entre fatores internos e externos. A intervenção técnica, portanto, deve privilegiar a comunicação, a escuta e a mediação, facilitando a reconstrução das fronteiras e funções familiares.

Em termos sociais, Almeida (2005) e Wall (2007) salientam que as transformações familiares implicam uma redefinição do conceito de “normalidade”. Hoje, a família é vista

menos como uma estrutura fixa e mais como um processo relacional e histórico, moldado por fatores económicos, culturais e afetivos. Esta visão permite compreender a parentalidade contemporânea como uma função partilhada, plural e adaptativa, em permanente reconstrução.

Em suma, a família deve ser entendida como um sistema vivo, flexível e em constante evolução, cujas dinâmicas refletem o equilíbrio entre estabilidade e mudança. As transformações familiares, longe de fragilizar a parentalidade, desafiam-na a reinventar-se, promovendo novas formas de relação e cuidado. Compreender esta complexidade é essencial para qualquer intervenção social ou educativa que pretenda apoiar as famílias na sua função parental e fortalecer os vínculos que garantem o desenvolvimento saudável dos seus membros.

A parentalidade é hoje compreendida como um processo complexo, relacional e em constante evolução, que ultrapassa o simples ato de cuidar e educar. Trata-se de um fenómeno dinâmico, construído no quotidiano, influenciado por fatores culturais, sociais, psicológicos e contextuais (Carvalho, 2016; Relvas, 2011). Cada geração de pais interpreta o seu papel à luz das experiências herdadas, das expectativas sociais e das condições de vida, o que confere à parentalidade um carácter profundamente contextual e histórico (Wall, 2007).

Os primeiros estudos sistemáticos sobre estilos parentais surgiram com Diana Baumrind (1967, 1991), que identificou diferentes formas de exercer a autoridade parental, com base na combinação entre dois eixos centrais: o controlo/exigência (definição de regras, supervisão e disciplina) e a responsividade/afeto (atenção, comunicação e sensibilidade). A partir desta interação, a autora delineou três estilos fundamentais — autoritário, permissivo e autoritativo (ou democrático).

Posteriormente, Maccoby e Martin (1983) aprofundaram esta tipologia, conceptualizando os estilos parentais como resultado da inter-relação entre exigência e responsividade, o que deu origem à inclusão de um quarto estilo: o negligente. Estes autores reforçam a ideia de que não existe um modelo parental universal, mas que a eficácia das práticas educativas depende da sua adequação às necessidades da criança, do contexto familiar e das condições socioculturais.

O estilo autoritário caracteriza-se pela valorização da obediência e pela aplicação de disciplina rígida. Os pais autoritários tendem a impor regras sem explicação ou negociação, recorrendo frequentemente à punição como instrumento de controlo. Segundo Baumrind

(1991), este estilo privilegia a autoridade e o cumprimento das normas em detrimento da autonomia, o que pode levar as crianças a desenvolver comportamentos de dependência, insegurança e baixa autoestima.

Por contraste, o estilo permissivo baseia-se numa atitude indulgente e na ausência de limites claros. Os pais permissivos são geralmente afetuosos e tolerantes, mas evitam impor regras ou contrariar os filhos. Maccoby e Martin (1983) referem que, embora este estilo promova liberdade e expressão emocional, tende a dificultar o desenvolvimento da autorregulação e da responsabilidade. As crianças podem manifestar menor persistência, dificuldades em lidar com a frustração e comportamentos impulsivos (Carvalho, 2016).

O estilo autoritativo ou democrático combina exigência com afeto e é amplamente considerado o mais equilibrado e favorável ao desenvolvimento infantil (Baumrind, 1991; Robinson, Mandleco, Olsen & Hart, 1995). Pais autoritativos definem regras e limites, mas promovem o diálogo e explicam as razões subjacentes às decisões. A disciplina é orientada pela compreensão e não pela punição. Este modelo estimula a autonomia, a autoestima e a responsabilidade das crianças, fomentando relações familiares baseadas na confiança e no respeito mútuo.

O estilo negligente ou indiferente representa a ausência de envolvimento parental, caracterizando-se por baixos níveis de exigência e de afeto. Pais com este perfil tendem a estar emocionalmente distantes e pouco atentos às necessidades dos filhos (Maccoby & Martin, 1983). Este estilo está frequentemente associado a contextos de vulnerabilidade social, stress parental e falta de apoio institucional, podendo conduzir a défices na vinculação e a problemas de comportamento.

Face à evolução dos estudos sobre parentalidade e à crescente valorização dos direitos da criança, emergiu o conceito de parentalidade positiva, que se consolidou como um paradigma de referência nas políticas públicas e nas práticas de intervenção familiar. O Conselho da Europa (2006) define parentalidade positiva como o exercício responsável das funções parentais, sem recurso à violência ou à punição humilhante, mas baseado na escuta, na empatia, na comunicação e na promoção do desenvolvimento saudável da criança.

A parentalidade positiva valoriza o equilíbrio entre a autoridade e o afeto, procurando substituir o controlo coercivo por estratégias de regulação emocional, negociação e reforço positivo (Rodrigo, Máiquez & Martín, 2010). Para Carvalho (2016), esta abordagem implica reconhecer a criança como sujeito de direitos e participante ativo no seu processo educativo.

O foco desloca-se do comportamento parental punitivo para a construção de vínculos afetivos seguros e relações baseadas no respeito mútuo.

Relvas (2011) acrescenta que a parentalidade positiva representa uma reformulação do conceito de autoridade, substituindo a lógica do poder pela lógica da responsabilidade partilhada. A autoridade torna-se uma forma de orientação e de liderança afetiva, em que os pais estabelecem limites com coerência, mas mantêm uma postura dialogante e sensível às necessidades emocionais dos filhos.

Esta perspetiva encontra suporte nas teorias da vinculação de Bowlby (1988), que sublinha a importância dos vínculos seguros na construção da autoestima e da confiança da criança. A parentalidade positiva cria as condições para que esses vínculos se estabeleçam, permitindo que o desenvolvimento emocional ocorra num ambiente de previsibilidade, segurança e aceitação.

A parentalidade positiva tem vindo a ser integrada nas práticas de intervenção social e educativa, nomeadamente em programas de apoio familiar e de prevenção de risco. Em Portugal, os Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) constituem uma das respostas sociais que mais têm contribuído para a promoção deste modelo.

De acordo com a Direção-Geral da Segurança Social (2019), os CAFAP têm como missão apoiar as famílias em situação de vulnerabilidade, promovendo o reforço das competências parentais e relacionais, o fortalecimento dos vínculos familiares e a preservação das relações entre pais e filhos. As suas metodologias baseiam-se em princípios de empowerment, corresponsabilização e trabalho em rede, elementos centrais para o desenvolvimento de uma parentalidade positiva e sustentada (Sousa, Ribeiro & Gonçalves, 2020).

A intervenção dos CAFAP assenta, portanto, numa visão construtivista e participativa, em que os técnicos assumem o papel de mediadores do processo de mudança. Através da escuta ativa, da valorização dos recursos familiares e da construção conjunta de soluções, procura-se promover a autoconfiança parental e a melhoria das práticas educativas (Carvalho, 2016; Rodrigo et al., 2010).

Para além da dimensão individual e familiar, a parentalidade positiva tem igualmente uma função social, pois contribui para a redução de fatores de risco e de exclusão, promovendo o bem-estar das crianças e o fortalecimento da coesão social. Como refere Almeida (2005), investir na parentalidade é investir no futuro, dado que o equilíbrio das

famílias repercute-se no equilíbrio da comunidade e no desenvolvimento humano sustentável.

Os estilos parentais refletem, assim, diferentes formas de exercer o papel de pai ou mãe, sendo moldados por fatores pessoais, culturais e contextuais. Entre os modelos existentes, o estilo autoritativo ou democrático tem-se mostrado o mais equilibrado e eficaz, por integrar afeto e exigência de forma harmoniosa. Este estilo constitui a base conceptual da parentalidade positiva, paradigma que inspira as atuais práticas de intervenção social e educativa, centradas na cooperação, no respeito e na construção conjunta de soluções.

Promover a parentalidade positiva é, em última instância, promover a cidadania parental, fortalecendo o papel das famílias como agentes ativos de desenvolvimento. Trata-se de um processo contínuo de aprendizagem e reflexão, que requer apoio, formação e acompanhamento, mas que, quando bem orientado, se traduz em vínculos mais seguros, relações mais saudáveis e sociedades mais coesas.

A influência dos estilos parentais e da qualidade da parentalidade no desenvolvimento de crianças e jovens é amplamente reconhecida na literatura científica. A forma como os pais exercem as suas funções educativas e afetivas tem impacto direto nas dimensões emocional, cognitiva, social e comportamental dos filhos (Baumrind, 1991; Maccoby & Martin, 1983). Desde cedo, as interações parentais contribuem para moldar a perceção que a criança tem de si própria, dos outros e do mundo, afetando a construção da sua identidade e o modo como se relaciona com diferentes contextos de vida (Bowlby, 1988; Bronfenbrenner, 2005).

De acordo com Bowlby (1988), o vínculo afetivo entre pais e filhos constitui a base da segurança emocional e do desenvolvimento saudável. A teoria da vinculação propõe que os padrões de apego estabelecidos na infância influenciam a capacidade futura de estabelecer relações de confiança, empatia e intimidade. Um ambiente familiar previsível, acolhedor e emocionalmente disponível favorece o desenvolvimento de vínculos seguros, associados a crianças mais confiantes, autónomas e resilientes (Ainsworth, 1989).

Por outro lado, contextos marcados por práticas parentais inconsistentes, punitivas ou negligentes tendem a gerar vínculos inseguros (ansioso, evitante ou desorganizado), que podem traduzir-se em dificuldades emocionais e comportamentais, como ansiedade, impulsividade ou baixa tolerância à frustração (Bowlby, 1988; Relvas, 2011). Estes efeitos

tornam-se mais evidentes em famílias expostas a situações de vulnerabilidade económica, conflito conjugal ou ausência de suporte social.

O modelo clássico de Baumrind (1991) e as revisões de Maccoby e Martin (1983) mostram que cada estilo parental está associado a um perfil distinto de resultados no desenvolvimento das crianças e jovens.

O estilo autoritário, centrado na obediência e no controle rígido, tende a gerar filhos que obedecem às normas, mas revelam baixa autoestima, dependência excessiva e fraca iniciativa pessoal. A ausência de diálogo e o uso frequente de punições físicas ou verbais podem conduzir a sentimentos de medo, hostilidade e rebeldia (Silva, 2010; Carvalho, 2016). A longo prazo, estes jovens podem apresentar dificuldade em tomar decisões, menor capacidade de assertividade e, em alguns casos, comportamentos de oposição ou de fuga à autoridade (Baumrind, 1991).

O estilo permissivo, apesar de proporcionar um ambiente afetuoso e livre, está frequentemente associado a baixos níveis de autorregulação e de persistência. A ausência de limites consistentes e a falta de exigência dificultam o desenvolvimento da responsabilidade e do autocontrolo (Maccoby & Martin, 1983). Crianças educadas neste contexto podem revelar tendência para a impulsividade e fraca resistência à frustração, mostrando dificuldade em respeitar regras externas quando estas não são impostas internamente (Rodrigo, Máiquez & Martín, 2010).

Por outro lado, o estilo autoritativo ou democrático — caracterizado por um equilíbrio entre afeto e disciplina — associa-se a resultados mais positivos em praticamente todas as dimensões do desenvolvimento. Diversos estudos empíricos (Baumrind, 1991; Robinson, Mandelco, Olsen & Hart, 1995; Darling & Steinberg, 1993) demonstram que crianças educadas em contextos democráticos revelam maior competência social, desempenho escolar mais elevado, melhor ajustamento emocional e níveis superiores de autoestima. Este estilo promove um ambiente de segurança e de apoio, onde a criança aprende a compreender as consequências das suas ações e a desenvolver responsabilidade e empatia.

O estilo negligente, por sua vez, está fortemente associado a resultados negativos. A ausência de envolvimento e supervisão parental, combinada com a carência afetiva, pode conduzir a comportamentos de risco, dificuldades de aprendizagem e problemas de vinculação (Maccoby & Martin, 1983; Relvas, 2011). Crianças e jovens que crescem em contextos negligentes apresentam maior vulnerabilidade ao insucesso escolar, à evasão

educativa e a comportamentos desviantes, como o consumo de substâncias ou a delinquência (Carvalho, 2016).

A dimensão emocional da parentalidade exerce uma influência profunda no equilíbrio psicológico da criança. O afeto, a disponibilidade e o reconhecimento das emoções promovem a regulação emocional, a empatia e a autoestima (Bowlby, 1988). Crianças que crescem em lares emocionalmente seguros demonstram maior capacidade para lidar com o stress e menor propensão para desenvolver perturbações de ansiedade ou depressão (Ainsworth, 1989; Relvas, 2011).

A dimensão social é igualmente relevante. A família é o primeiro contexto de aprendizagem social e moral, onde se desenvolvem valores, atitudes e competências relacionais (Bronfenbrenner, 2005). Através das interações diárias, os pais transmitem normas de comportamento, respeito pelas regras e padrões de convivência. A parentalidade positiva, ao promover o diálogo e a corresponsabilidade, fomenta comportamentos cooperativos, solidários e pró-sociais (Rodrigo et al., 2010; Carvalho, 2016).

Relvas (2011) defende que a consistência educativa e a comunicação assertiva entre pais e filhos são fatores protetores fundamentais. Quando há coerência entre o que é dito e o que é feito, a criança desenvolve confiança e previsibilidade, sentindo-se segura para explorar o mundo. A ausência dessa coerência pode gerar confusão emocional, insegurança e padrões de relacionamento disfuncionais.

A parentalidade positiva tem sido amplamente estudada como promotora de resiliência em crianças e jovens, sobretudo em contextos de vulnerabilidade. Segundo Carvalho (2016) e Rodrigo et al. (2010), quando os pais exercem uma parentalidade assente no afeto, na escuta e na orientação construtiva, as crianças desenvolvem maior capacidade para enfrentar adversidades e recuperar de situações de stress.

De acordo com a Direção-Geral da Segurança Social (2019), programas de capacitação parental baseados neste modelo têm mostrado resultados expressivos na melhoria da autoestima das famílias, na redução de comportamentos de risco e na melhoria das relações intrafamiliares. O apoio técnico e a promoção de competências parentais tornam-se, assim, instrumentos fundamentais para quebrar ciclos de desorganização familiar e prevenir a reprodução intergeracional de padrões de disfunção.

Estudos realizados em Portugal (Sousa, Ribeiro & Gonçalves, 2020) confirmam que a aplicação de princípios de parentalidade positiva em programas como os CAFAP potencia o

desenvolvimento socioemocional das crianças e fortalece o envolvimento parental. Estes autores sublinham que, mais do que corrigir comportamentos, o foco deve estar na construção de relações seguras e significativas.

Os estilos parentais e a qualidade da parentalidade exercem influência determinante no desenvolvimento das crianças e jovens, refletindo-se nas suas competências cognitivas, emocionais e sociais. Enquanto o estilo autoritativo se associa a efeitos positivos e duradouros, os estilos autoritário, permissivo e negligente tendem a gerar dificuldades de ajustamento, seja por excesso de controlo, ausência de limites ou falta de afeto.

A parentalidade positiva surge, neste contexto, como um modelo integrador, que procura equilibrar autoridade e empatia, promovendo relações baseadas no respeito, na confiança e na corresponsabilidade. Investir na promoção desta forma de parentalidade é investir na prevenção do risco, no desenvolvimento saudável e na construção de sociedades mais coesas e emocionalmente equilibradas.

2.2. Parentalidade em famílias multidesafiadas e intervencionadas

As famílias multidesafiadas constituem um grupo particularmente complexo no âmbito da intervenção social e educativa. Este termo designa agregados familiares que acumulam diversos fatores de vulnerabilidade — económicos, relacionais, emocionais, educativos e, por vezes, judiciais — que se interligam e se reforçam mutuamente, comprometendo a estabilidade e a capacidade parental (Carvalho, 2016; Costa, 2018).

De acordo com Relvas (2011), estas famílias vivem em contextos de grande imprevisibilidade, caracterizados por baixa coesão interna, fragilidade emocional e ausência de redes de suporte. As dificuldades acumuladas — como o desemprego, a pobreza, o isolamento social, as problemáticas de saúde mental ou o consumo de substâncias — afetam diretamente as dinâmicas parentais, comprometendo o exercício equilibrado das funções de cuidado, proteção e orientação.

Do ponto de vista sistémico, as famílias multidesafiadas encontram-se frequentemente em processos circulares de desorganização, em que o problema de um elemento repercute-se em todo o sistema familiar. Como explica Minuchin (1974), os sistemas familiares fragilizados tendem a apresentar fronteiras difusas entre os subsistemas (parental, conjugal, fraternal), o que gera confusão de papéis, inversão de funções e dificuldade em manter regras estáveis.

Carvalho (2016) destaca que, nestas famílias, a parentalidade é muitas vezes exercida sob condições de stress crónico, o que pode conduzir a respostas parentais inconsistentes — alternando entre permissividade e autoritarismo, entre afastamento e sobreproteção. A ausência de estabilidade emocional e de coerência educativa fragiliza a relação com os filhos e compromete a transmissão de modelos de comportamento consistentes.

O conceito de família em risco ou multi-desafiadas é transversal às políticas sociais e aos sistemas de promoção e proteção das crianças e jovens. Segundo a Direção-Geral da Segurança Social (2019), considera-se em risco a família que, por acumulação de fatores adversos, não consegue assegurar, de forma adequada e autónoma, o bem-estar das suas crianças. Entre os fatores mais frequentemente identificados encontram-se: pobreza económica, desemprego de longa duração, baixa escolaridade, problemas de saúde física e mental, violência doméstica, negligência, consumo de substâncias e ausência de suporte familiar ou comunitário (Costa, 2018; Sousa, Ribeiro & Gonçalves, 2020). Estes fatores não atuam isoladamente, mas de forma interdependente, criando um ciclo de vulnerabilidade que se transmite entre gerações. Relvas (2011) acrescenta que, nestas circunstâncias, as famílias tendem a adotar mecanismos de defesa, como a negação dos problemas, o afastamento institucional ou a resistência à intervenção, percecionando o apoio técnico como ameaça ou controlo. Daí a importância de abordagens relacionais e empáticas, que privilegiem a escuta ativa, a valorização das competências existentes e o respeito pelo ritmo e pela história de cada agregado familiar.

A intervenção junto de famílias multidesafiadas exige uma atuação multidisciplinar, contínua e integrada, que envolva diferentes áreas — social, psicológica, educativa e jurídica. Como refere Carvalho (2016), a complexidade destas realidades obriga a uma articulação entre instituições e profissionais, sob pena de as respostas fragmentadas se revelarem ineficazes.

Os Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) assumem, neste contexto, um papel central no sistema de promoção e proteção das crianças e jovens em Portugal. De acordo com a DGSS (2019), os CAFAP intervêm em situações de risco e perigo moderado, procurando prevenir a institucionalização e promover a preservação familiar através do reforço das competências parentais, da mediação familiar e da articulação interinstitucional.

Os princípios orientadores da sua intervenção assentam em três eixos fundamentais:

1. Trabalho com base na família, considerando-a o principal agente de mudança;
2. Promoção da parentalidade positiva, através de estratégias educativas centradas na empatia, no diálogo e na corresponsabilização;
3. Atuação em rede, envolvendo escolas, serviços de saúde, CPCJ e tribunais.

De acordo com Sousa, Ribeiro e Gonçalves (2020), a eficácia das intervenções CAFAP depende da criação de vínculos de confiança entre técnicos e famílias. O sucesso ocorre quando o acompanhamento é percebido não como imposição, mas como apoio e parceria, permitindo às famílias sentirem-se compreendidas e capacitadas para mudar.

A parentalidade, quando exercida em contextos de múltiplos desafios, adquire uma dimensão de resistência e superação. Muitas destas famílias, apesar das dificuldades, revelam competências parentais latentes e uma forte ligação afetiva aos filhos (Carvalho, 2016). O papel dos técnicos é, portanto, o de mobilizar os recursos internos e reconhecer as pequenas conquistas como passos significativos no processo de mudança.

De acordo com Relvas (2011), a parentalidade em contextos vulneráveis deve ser entendida como uma função em reconstrução, influenciada por fatores emocionais, relacionais e sociais. As falhas parentais observadas não são, muitas vezes, fruto de desinteresse ou desamor, mas sim de ausência de modelos parentais positivos, histórias de vida marcadas pela adversidade ou condições estruturais limitantes.

A intervenção eficaz com famílias multi-desafiadas requer, portanto, uma postura de empatia, não julgamento e compromisso relacional. Como sublinha Costa (2018), é fundamental substituir a lógica da punição pela lógica da capacitação, ajudando os pais a compreender o impacto das suas práticas e a construir alternativas educativas mais adequadas.

A aplicação dos princípios da parentalidade positiva revela-se especialmente pertinente nas famílias multi-desafiadas, pois introduz uma abordagem baseada no respeito, na negociação e na valorização das competências parentais (Rodrigo, Máiquez & Martín, 2010). Em vez de centrar-se nos défices, esta perspetiva enfatiza o potencial de mudança e a importância de criar condições para que os pais se tornem agentes ativos no processo educativo.

Nos programas CAFAP, esta abordagem é operacionalizada através de planos individuais de apoio familiar (PIAF), ações de capacitação parental e sessões de mediação

familiar. Estas práticas permitem trabalhar competências concretas — como a comunicação positiva, a gestão emocional, a definição de regras e o reforço do vínculo afetivo —, elementos essenciais para a reconstrução da função parental (DGSS, 2019).

Como refere Carvalho (2016), o trabalho com famílias multidesafiadas é um processo lento, circular e cumulativo, em que as mudanças ocorrem de forma progressiva. Requer continuidade no acompanhamento, flexibilidade institucional e a capacidade de reconhecer avanços, mesmo quando pequenos.

A parentalidade em famílias multidesafiadas reflete o encontro entre a fragilidade e a resiliência. Estas famílias vivem frequentemente sob o peso de múltiplas adversidades, mas também demonstram uma notável capacidade de resistência e amor. A intervenção junto delas exige competência técnica e sensibilidade humana, aliando conhecimento teórico e empatia relacional.

Compreender a parentalidade nestes contextos implica reconhecer que o apoio não deve ser assistencialista, mas transformador — um processo de parceria que valoriza as famílias como protagonistas da sua própria mudança. Promover a parentalidade positiva em contextos de vulnerabilidade é, assim, um ato de justiça social, que visa não apenas a proteção das crianças, mas o fortalecimento da família enquanto espaço de afeto, pertença e reconstrução.

Capítulo 3 - A Mediação Social enquanto ferramenta na educação social e nos CAFAP

3.1 A Mediação Social e o seu entrosamento na Educação Social e nos CAFAP

A mediação social emerge nas últimas décadas como uma prática central na promoção da convivência, da comunicação e da coesão em contextos marcados pela diversidade, pelo conflito e pela vulnerabilidade social. De acordo com Lopes (2019), a mediação social é um processo comunicacional e relacional, que procura construir pontes entre indivíduos, famílias e instituições, através do diálogo, da escuta e da corresponsabilização.

A sua pertinência no campo da Educação Social reside na capacidade de promover transformações significativas nas relações humanas, ao favorecer a compreensão mútua, a gestão positiva de conflitos e a reconstrução de vínculos. Assim, a mediação não é apenas um instrumento de resolução de problemas, mas também uma estratégia educativa e

preventiva, orientada para o desenvolvimento de competências relacionais e sociais (Silva, 2010; Guerra, 2016).

De acordo com Carvalho (2016), a mediação social assume particular relevância em contextos de vulnerabilidade, onde a comunicação entre os diferentes atores (famílias, escolas, serviços sociais e entidades judiciais) tende a ser fragmentada e permeada por desconfiança. O mediador atua como facilitador da comunicação e promotor de confiança, ajudando as partes a reconhecer as suas necessidades e responsabilidades.

A Educação Social tem como missão central o desenvolvimento humano, a inclusão e a autonomia dos indivíduos, atuando em contextos onde se manifestam desigualdades e fragilidades relacionais. Nesse sentido, a mediação social é considerada uma ferramenta fundamental da prática do educador social, pois traduz, na sua essência, uma pedagogia do encontro e da compreensão (Lopes, 2019; Canário, 2008).

O educador social, enquanto mediador, intervém num espaço de fronteira — entre o indivíduo e a comunidade, entre o conflito e a cooperação, entre a exclusão e a participação. Segundo Silva (2010), a mediação social na educação é um processo de construção de significados, onde se privilegia o diálogo, o reconhecimento do outro e a criação de oportunidades para a mudança.

Em contextos familiares, a mediação assume uma dimensão pedagógica e restauradora: visa restabelecer a comunicação, reduzir a tensão emocional e promover acordos baseados na cooperação. O educador social, através da mediação, atua como ponte entre a família e as instituições, ajudando a traduzir linguagens, a gerir expectativas e a transformar relações assimétricas em interações de parceria (Carvalho, 2016; Relvas, 2011).

Esta perspetiva vai ao encontro do que Guerra (2016) define como mediação transformadora, isto é, uma mediação que não se limita a resolver conflitos pontuais, mas que visa capacitar as pessoas para gerirem autonomamente futuras situações de divergência. O processo de mediação, ao centrar-se na empatia, na comunicação e no respeito mútuo, contribui para o desenvolvimento de competências essenciais à convivência democrática.

A mediação social revela-se particularmente importante na reconstrução da parentalidade, sobretudo em contextos de separação, conflito conjugal, alienação parental ou vulnerabilidade social. Através da mediação, é possível criar um espaço seguro de escuta, reflexão e negociação, onde os pais podem repensar o seu papel e desenvolver estratégias mais adequadas de relação com os filhos (Relvas, 2011; Costa, 2018).

Como refere Carvalho (2016), a mediação familiar não tem apenas um carácter conciliador, mas também educativo: ensina a comunicar, a escutar e a responsabilizar-se. Este processo transforma a parentalidade num exercício mais consciente e participativo, reduzindo a rigidez e a conflitualidade que muitas vezes comprometem o bem-estar das crianças.

Nos contextos de intervenção social, nomeadamente nos CAFAP, a mediação é utilizada para restabelecer relações familiares, prevenir o risco e promover a parentalidade positiva (DGSS, 2019). O mediador atua como elemento neutro e facilitador, ajudando as famílias a identificar os problemas, a definir metas realistas e a encontrar soluções partilhadas. A escuta ativa e o diálogo empático são as bases de todo o processo.

Os Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) são respostas sociais criadas com o objetivo de prevenir situações de risco e perigo, preservar as relações familiares e fortalecer as competências parentais. No interior destas equipas, a mediação social ocupa um lugar de destaque, pois constitui o eixo de articulação entre os diversos intervenientes: famílias, técnicos e instituições (DGSS, 2019).

De acordo com Costa (2018), o mediador social nos CAFAP atua em diferentes níveis:

1. Intrapessoal, ajudando cada membro da família a compreender as suas emoções e comportamentos;
2. Interpessoal, facilitando o diálogo entre os membros da família;
3. Institucional, promovendo a comunicação entre a família e as entidades externas (CPCJ, escolas, tribunais).

A mediação nos CAFAP tem como objetivo principal promover o empowerment familiar — ou seja, fortalecer a capacidade das famílias para resolverem os seus próprios problemas, de forma autónoma e sustentável. Para Carvalho (2016), o mediador não impõe soluções, mas cria condições para que estas emergjam a partir da própria família, respeitando o seu ritmo e a sua história.

Esta abordagem está profundamente alinhada com o paradigma da parentalidade positiva (Rodrigo et al., 2010), que defende a importância de relações educativas baseadas no respeito, na empatia e na responsabilização. A mediação, ao promover a comunicação e a cooperação, torna-se uma ferramenta essencial para operacionalizar este modelo em contexto real.

Capítulo 4 - O papel do Educador Social em CAFAP e com a parentalidade

4.1 Enquadramento Geral do Papel do Educador Social

O Educador Social assume, assim, um papel cada vez mais relevante nas dinâmicas de intervenção junto das famílias e comunidades, especialmente em contextos de vulnerabilidade social e parental. A sua ação centra-se na promoção do desenvolvimento humano, da inclusão social e da capacitação das famílias, através de práticas educativas, relacionais e mediadoras (Carvalho, 2016; Lopes, 2019).

De acordo com Silva (2010), a Educação Social é um campo profissional orientado pela construção de autonomia e cidadania, atuando em espaços de fronteira entre o social e o educativo. O educador social é, por natureza, um agente de mediação, que intervém no encontro entre a pessoa e o seu contexto, facilitando processos de aprendizagem, mudança e participação.

Nos Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP), o educador social desempenha uma função estruturante, integrando equipas multidisciplinares que visam prevenir o risco, preservar vínculos familiares e fortalecer competências parentais (DGSS, 2019). A sua intervenção conjuga saberes pedagógicos, psicológicos e sociológicos, aplicados à prática quotidiana com famílias multidesafiadas.

O educador social, enquanto mediador, desempenha um papel estratégico na intervenção com famílias multidesafiadas, pois combina competências relacionais, éticas e pedagógicas. O seu trabalho centra-se na promoção do diálogo, na reconstrução da confiança e no reforço das redes de apoio. Segundo Lopes (2019), a mediação no âmbito da Educação Social exige uma postura de neutralidade e empatia, que permita ao profissional compreender as narrativas familiares sem julgamentos. O educador social, ao atuar como mediador, assume a função de tradutor simbólico — alguém que ajuda a transformar o conflito em compreensão, o silêncio em palavra e o impasse em possibilidade de mudança.

Relvas (2011) reforça que a mediação, quando praticada de forma ética e reflexiva, contribui não apenas para restaurar relações, mas para empoderar as famílias, despertando nelas o sentimento de competência e de pertença. O educador social atua, assim, como

catalisador de processos de mudança, apoiando as famílias a reorganizarem-se e a retomarem o controle da sua vida.

Por outro lado, Novo et al. (2024) referem que o seu estudo sobre mediação social, ainda que no contexto dos municípios, revelou uma desconsideração face aos conhecimentos teóricos e científicos sobre a mediação, constringendo a perceção face a uma necessidade de especialização e/ou formação continuada especializada. Bem como se revela uma complexidade operacional da mediação que não esteja na tutela do ministério da justiça, demonstrando-se uma heterogeneidade de práticas e entendimentos sobre esse domínio, apesar de uma confluência de evidências que reconhecem a sua pertinência e especialidade. As autoras reportam ainda que o educador social tem o perfil profissional mais ajustado ao que se entende e espera da prática da mediação social. Assim, promovem que se faça investigação mais profunda e específica sobre as práticas de mediação, e produção científica e formativa que impele a práticas motivadoras e capacitadoras do alvo de intervenção.

Em síntese, a mediação social nos CAFAP e na Educação Social representa uma ferramenta primordial de intervenção relacional, que transforma a prática profissional num processo educativo e emancipador. Através dela, o conflito é reinterpretado como oportunidade de crescimento. E, o diálogo, na construção de práticas e projetos acordados e conscientes, torna-se o principal instrumento de transformação social e familiar.

4.2 A Intervenção do Educador Social em Contexto Familiar

A intervenção do educador social com famílias tem por base o reconhecimento da família como sistema de aprendizagem e de desenvolvimento, onde se constroem identidades, valores e modos de relação (Relvas, 2011). Nesse sentido, o trabalho do educador social não se limita à transmissão de conhecimentos, mas estende-se à reconstrução de vínculos, à reorganização de papéis e à mediação das relações familiares. Como refere Carvalho (2016), o educador social atua sobre três dimensões fundamentais:

1. A dimensão relacional, através do estabelecimento de vínculos de confiança e empatia com as famílias;
2. A dimensão educativa, promovendo a aprendizagem de competências parentais, sociais e emocionais;
3. A dimensão comunitária, facilitando a integração das famílias nas redes de apoio e nos recursos locais.

Em contextos CAFAP, esta intervenção é eminentemente personalizada e de proximidade, exigindo do profissional uma escuta ativa, sensibilidade cultural e capacidade de adaptação às necessidades específicas de cada agregado. O educador social atua, assim, como ponte entre o quotidiano familiar e o sistema institucional, traduzindo linguagens, mediando expectativas e reforçando a comunicação entre os vários intervenientes.

A parentalidade positiva constitui uma das áreas de intervenção prioritárias do educador social em contexto CAFAP. Segundo o Conselho da Europa (2006), este modelo baseia-se no respeito, na não-violência e na corresponsabilização parental, valorizando o afeto, a comunicação e a orientação educativa.

O educador social, neste âmbito, desempenha um papel formativo e facilitador: ajuda os pais a compreender as necessidades dos filhos, a gerir o comportamento infantil e a estabelecer regras consistentes com base no diálogo (Carvalho, 2016). Através de sessões de capacitação parental, acompanhamento individual e dinâmicas de grupo, o educador contribui para o desenvolvimento de práticas educativas mais equilibradas e conscientes.

De acordo com Rodrigo, Máiquez e Martín (2010), promover a parentalidade positiva implica fortalecer as competências parentais em quatro dimensões: o afeto, a estrutura, a estimulação e a capacitação. O educador social trabalha estas dimensões de forma integrada, ajudando as famílias a identificar estratégias de resolução de problemas e a construir rotinas mais saudáveis.

Relvas (2011) sublinha que o educador deve atuar de forma não diretiva, respeitando a autonomia e o ritmo de cada família. O seu papel não é o de “substituir” o exercício parental, mas de potenciar o que já existe, valorizando as pequenas conquistas e promovendo a autoconfiança das famílias.

A intervenção nos CAFAP assenta no trabalho em equipa multidisciplinar, composta, geralmente, por profissionais das áreas do Serviço Social, Psicologia, Educação Social e, em alguns casos, Terapia Familiar. Esta pluralidade de saberes é essencial para responder à complexidade dos contextos familiares e garantir uma abordagem integrada e articulada (Costa, 2018).

Dentro desta equipa, o educador social destaca-se pela sua visão pedagógica e comunitária, atuando como mediador entre o técnico e a família, entre a escola e a comunidade, entre a instituição e o território. O seu contributo é transversal: participa na

avaliação diagnóstica, na elaboração dos planos de intervenção familiar (PIAF), na monitorização das mudanças e na avaliação dos resultados (DGSS, 2019).

O educador social assume também um papel relevante na prevenção do risco, identificando precocemente sinais de desorganização familiar e ativando as redes de apoio adequadas. Ao mesmo tempo, contribui para a promoção da autonomia familiar, encorajando a participação dos pais no processo de mudança e reforçando o sentimento de pertença e competência.

O exercício profissional do educador social está ancorado em princípios éticos que orientam a sua prática: respeito pela dignidade humana, confidencialidade, autonomia, não discriminação e justiça social (Lopes, 2019). A intervenção com famílias requer uma postura de empatia e escuta, mas também de reflexividade crítica, que permita ao profissional compreender o impacto das suas ações e ajustar as estratégias às realidades singulares. Segundo Guerra (2016), a prática reflexiva é essencial para que o educador social não se limite a aplicar metodologias, mas se torne co-construtor de conhecimento. Ao refletir sobre as suas práticas, o educador transforma a experiência em aprendizagem, reforçando a qualidade e a eficácia da intervenção.

No contexto dos CAFAP, esta ética reflexiva é indispensável: as famílias multidesafiadas vivem em situações de grande vulnerabilidade, onde a fronteira entre ajuda e invasão é por vezes ténue. O educador social deve, por isso, atuar com humildade e consciência profissional, reconhecendo os seus limites e respeitando o tempo de cada família.

O papel do educador social nos CAFAP transcende a dimensão técnica: é um papel humano, educativo e relacional. A sua presença junto das famílias traduz o compromisso da Educação Social com a dignidade, a participação e a mudança. Enquanto mediador, facilitador e educador, o profissional torna-se um agente de esperança, promovendo o diálogo, a confiança e a reconstrução da parentalidade. Nos CAFAP, o seu trabalho contribui decisivamente para o fortalecimento dos laços familiares e para a prevenção de situações de risco, transformando o acompanhamento num verdadeiro processo educativo e emancipador.

Parte II - INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA

Capítulo 1 - Problema e Objetivos do Estudo

1.1. Introdução

A intervenção junto das famílias constitui um dos eixos centrais da ação social contemporânea, especialmente em contextos marcados por vulnerabilidade, risco e fragilidade relacional. No panorama português, os Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) representam uma resposta inovadora e especializada, orientada pela promoção da parentalidade positiva, pela prevenção de situações de perigo e pela preservação das relações familiares (DGSS, 2019).

A partir da fundamentação teórica apresentada na Parte I, torna-se evidente que a eficácia das intervenções CAFAP depende, em larga medida, do nível de envolvimento parental. Diversos estudos (Rodrigo, Máiquez & Martín, 2010; Carvalho, 2016; Sousa, Ribeiro & Gonçalves, 2020) apontam que quanto mais participativa, colaborativa e consciente for a participação dos pais nos processos de mudança, maiores são as probabilidades de sucesso e sustentabilidade das intervenções.

Neste contexto, o presente estudo procura compreender de que modo o envolvimento parental influencia a eficácia das intervenções CAFAP, bem como identificar os fatores que facilitam ou dificultam essa relação. Esta investigação pretende, assim, contribuir para uma leitura mais profunda do trabalho desenvolvido pelos profissionais e das perceções das famílias acompanhadas, ampliando o conhecimento sobre as dinâmicas que sustentam as práticas de intervenção social e educativa.

1.2. Contextualização do Problema

A parentalidade, entendida como um processo relacional, educativo e socialmente construído, assume um papel determinante no desenvolvimento integral das crianças (Relvas, 2011; Carvalho, 2016). Quando as condições socioeconómicas, afetivas ou culturais das famílias se fragilizam, o risco de disfunção parental aumenta, exigindo o apoio de estruturas especializadas, como os CAFAP.

Estes centros, regulados pela Portaria n.º 139/2013, têm como principal missão apoiar as famílias em situação de risco ou perigo moderado, reforçando as competências parentais,

promovendo o empowerment e evitando medidas de institucionalização. No entanto, a eficácia das intervenções não depende apenas dos métodos utilizados, mas, sobretudo, da relação construída entre técnicos e famílias, da motivação parental e do grau de participação ativa dos cuidadores ao longo do processo.

Autores como Rodrigo et al. (2008) e Saleebey (2006) salientam a importância de transitar de uma lógica centrada no déficit para uma abordagem de capacitação, na qual o profissional deixa de ser o “perito” que prescreve soluções e torna-se um mediador que coconstrói mudanças com as famílias. Assim, compreender a relação entre o envolvimento parental e a eficácia das intervenções é essencial para fortalecer práticas baseadas na responsabilização e na autonomia familiar.

No contexto geográfico e social de Bragança, marcado pela dispersão populacional, pelo envelhecimento demográfico e pela escassez de recursos, as intervenções da CAFAP enfrentam desafios específicos (INE, 2021; Santos, 2021). As dificuldades de mobilidade, o isolamento das famílias e a persistência de valores tradicionais exigem abordagens mais flexíveis e personalizadas, baseadas na proximidade, na empatia e na continuidade relacional.

1.3. Formulação do Problema de Investigação

A presente investigação parte da seguinte questão de investigação principal: *Haverá relação entre o envolvimento parental e a eficácia das intervenções em CAFAP?*

E, de forma complementar, procura responder à questão: *Havendo essa relação, é ela variável consoante o tipo e a intensidade do envolvimento parental?*

Estas questões orientam a análise empírica do estudo e fundamentam a escolha metodológica adotada, que combina dados qualitativos (entrevistas semiestruturadas) e quantitativos (questionário/escala de estilos parentais às famílias), de modo a captar a complexidade do fenómeno e a diversidade das experiências.

1.4. Objetivos do Estudo

O Objetivo Geral do estudo que se apresenta era: *Compreender a relação entre o envolvimento parental e a eficácia das intervenções CAFAP, analisando as percepções de técnicos e famílias sobre os processos de acompanhamento, os resultados alcançados e os*

fatores que condicionam a mudança. Este, subdivide-se, operacionalizando-se, nos seguintes objetivos específicos:

1. Identificar os tipos de parentalidade presentes nas famílias participantes;
2. Identificar o tipo e o nível de envolvimento parental em cada participante;
3. Caracterizar o tipo de intervenção realizada junto de cada participante;
4. Analisar a relação entre envolvimento parental e eficácia das intervenções (por tipo e intensidade);
5. Analisar as perceções dos técnicos sobre a eficácia do sistema de promoção e proteção, dos CAFAP e da sua própria intervenção;
6. Analisar as perceções das famílias sobre o seu envolvimento, a intervenção recebida e a eficácia das respostas CAFAP.

1.5. Relevância e Justificação do Estudo

A relevância desta investigação decorre da necessidade de aprofundar o conhecimento empírico sobre os fatores de envolvimento parental que determinam, ou não, o sucesso das intervenções CAFAP, particularmente em contextos rurais e multi-desafiadas, como o distrito de Bragança.

Apesar da crescente valorização da parentalidade positiva e das práticas centradas na família, persistem lacunas na investigação nacional sobre a forma como o envolvimento parental influencia concretamente os resultados das intervenções e a mudança nas dinâmicas familiares. Este estudo pretende, assim, oferecer um contributo de enriquecimento e robustez do conhecimento científico, sustentando em evidências concretas, e para a reflexão crítica e a melhoria das práticas profissionais, defendendo e articulando a pertinência da mediação social e da educação parental como eixos estruturantes da intervenção social.

Ao integrar as vozes de técnicos e famílias, esta investigação assume uma perspetiva participativa e reflexiva, valorizando o conhecimento experiencial dos intervenientes e promovendo uma leitura mais humana, personalizada, e contextualizada das práticas de apoio à parentalidade.

Capítulo 2 - Desenho Metodológico e Salvaguardas Éticas

2.1 Enquadramento Metodológico

O presente estudo insere-se no âmbito do Mestrado em Educação Social e Intervenção ao Longo da Vida, e foi desenvolvido num Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP) do concelho de Bragança. O objetivo central é compreender o impacto do envolvimento parental na eficácia das intervenções sociais realizadas com famílias sinalizadas em situação de risco e/ou perigo, analisando igualmente as perceções dos técnicos sobre o sistema de promoção e proteção e sobre as suas próprias práticas profissionais.

A abordagem adotada é de natureza qualitativa, com complementaridade quantitativa, integrando uma lógica de método misto (Creswell, 2014). Esta opção permite compreender o fenómeno de forma mais ampla, articulando a profundidade interpretativa das narrativas com a objetividade das tendências observadas.

Segundo Flick (2018), os estudos qualitativos valorizam o contexto e o significado atribuído pelos participantes às suas experiências, sendo particularmente adequados quando se pretende explorar processos relacionais complexos, como é o caso do envolvimento parental e da eficácia da intervenção social. Assim, a metodologia adotada procura compreender não apenas “o que” acontece, mas também “como” e “porquê” essas mudanças ocorrem.

2.2 Tipo de Estudo e Metodologia

O estudo segue um design exploratório e descritivo, de natureza interpretativa, centrado na análise aprofundada de experiências e perceções, ainda que complementado com dados quantitativos. Pretende compreender o fenómeno de forma contextualizada, sem procurar generalizações estatísticas, mas antes interpretações significativas das realidades vividas.

Foram utilizados dois instrumentos principais de recolha de dados:

1. Entrevistas semiestruturadas, realizadas com técnicos do CAFAP e com famílias acompanhadas pela instituição;
2. Questionário estruturado, aplicado às famílias, com o intuito de complementar e validar os resultados qualitativos.

As entrevistas foram elaboradas com base em guiões distintos para técnicos e famílias (Anexos A e B), definidos a partir dos objetivos específicos do estudo. Ambos os guiões foram organizados por blocos temáticos, garantindo simultaneamente flexibilidade na condução da conversa e comparabilidade entre respostas.

As entrevistas aos técnicos centraram-se nas perceções sobre a parentalidade, a eficácia das práticas e os fatores facilitadores ou dificultadores da intervenção. Já as entrevistas às famílias procuraram compreender as suas perceções sobre o acompanhamento, as mudanças nas dinâmicas familiares e o nível de envolvimento no processo.

As entrevistas foram gravadas em áudio, mediante autorização expressa dos participantes, em consentimento informado, e posteriormente transcritas integralmente, assegurando a fidelidade e o rigor na análise dos dados. Os dados colhidos, e registos, foram devidamente guardados pela investigadora, em nuvem do ipb, e assim que desnecessários à investigação e disseminação do conhecimento por ela produzido, serão devidamente eliminados.

2.4 Salvaguardas Éticas

A investigação respeitou integralmente os princípios éticos e deontológicos das Ciências Sociais, assegurando a proteção dos participantes em todas as fases do estudo. Foram garantidos os seguintes aspetos fundamentais:

- Respeito pela dignidade humana, assegurando uma postura empática, sensível e não julgadora;
- Voluntariedade da participação, sem qualquer forma de pressão ou condicionamento;
- Confidencialidade e anonimato, garantidos através da codificação dos participantes e da omissão de dados identificáveis;
- Direito à informação e ao consentimento informado, formalizado por escrito antes da recolha de dados;
- Proteção da privacidade, assegurada pela eliminação dos dados após a conclusão do estudo.

Todos os dados recolhidos foram utilizados exclusivamente para fins académicos e serão destruídos após a defesa pública da dissertação e/ou eventual disseminação científica, sem

que qualquer participante possa ser identificado direta ou indiretamente em relatórios, publicações ou apresentações.

A recolha e o tratamento da informação cumpriram integralmente o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD – UE 2016/679), as normas éticas da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança, bem como os princípios da Convenção sobre os Direitos da Criança (Nações Unidas, 1989). O desenho metodológico do estudo combinou as abordagens qualitativa e quantitativa, articulando entrevistas semiestruturadas e a aplicação de uma escala de estilos parentais PSDQ, de modo a aprofundar o papel do envolvimento parental na eficácia das intervenções CAFAP. O rigor ético e metodológico adotado assegura a credibilidade dos resultados e o respeito pelos direitos, pela integridade e pela autonomia dos participantes.

Assim, a metodologia utilizada reflete os pressupostos da investigação social humanista, fundada na escuta, na empatia, na responsabilidade e na reflexão crítica, como pilares da produção de conhecimento cientificamente válido e socialmente responsável.

O estudo cumpriu os princípios éticos da investigação em Ciências Sociais, nomeadamente: Obtenção de consentimento informado escrito por parte de todos os participantes, Garantia do direito de desistência a qualquer momento, sem prejuízo para as famílias; Anonimato e confidencialidade assegurados através do uso de pseudónimos (“Entrevistada Família 1”, “Técnica A”, etc.); Tratamento e armazenamento de dados de acordo com o Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD); Não interferência na relação profissional entre técnicos e famílias acompanhadas; Respeito pelos princípios da beneficência, não maleficência e justiça (APA, 2017).

A investigação obteve autorização formal da instituição e respeitou os enquadramentos éticos internacionais aplicados à investigação social com populações vulneráveis (Flick, 2018; Sampieri et al., 2014).

Capítulo 3 - Técnicas de Recolha de Dados

3.1. Construção e Validação do Guião da Entrevista

A entrevista foi escolhida como uma das principais técnicas de recolha de dados, dado o seu potencial para aprofundar percepções, significados e experiências pessoais dos

participantes. Segundo Flick (2018), a entrevista semiestruturada é um instrumento privilegiado em investigações qualitativas, pois permite conciliar a flexibilidade do discurso livre com a comparabilidade das respostas, garantindo simultaneamente profundidade e rigor analítico.

Neste estudo, foram elaborados dois guiões com bases idênticas, mas com bloco adicional distintos — um destinado às famílias acompanhadas pelo CAFAP e outro direcionado aos técnicos da equipa multidisciplinar. Ambos os guiões foram construídos pela investigadora, a partir dos objetivos específicos do estudo e da revisão da literatura sobre parentalidade positiva, envolvimento parental e intervenção familiar (Carvalho, 2016; Rodrigo et al., 2010).

O guião de entrevista dirigido às famílias (Anexo A) foi estruturado em blocos temáticos que procuraram captar as dimensões centrais da experiência parental e da relação com o CAFAP:

1. Legitimação da entrevista e motivação da participação;
2. Caracterização sociodemográfica da família;
3. Percepções sobre o conceito de parentalidade e práticas educativas;
4. Envolvimento familiar no processo de acompanhamento;
5. Avaliação da intervenção e do apoio recebido;
6. Reflexões e sugestões finais.

Já o guião destinado aos técnicos (Anexo B) abordou questões relacionadas com:

1. A conceção de parentalidade e a definição de parentalidade positiva;
2. As práticas profissionais desenvolvidas no CAFAP;
3. A perceção sobre a eficácia das medidas e o envolvimento das famílias;
4. As dificuldades e facilitadores do processo de intervenção;
5. As estratégias utilizadas para promover a cooperação e a mudança.

A construção dos guiões seguiu uma lógica dedutiva e indutiva simultaneamente — partindo dos conceitos teóricos da parentalidade positiva e do modelo ecológico de Bronfenbrenner (2005), mas também incorporando o conhecimento empírico da investigadora sobre o funcionamento do CAFAP. Este formato permitiu a recolha de dados

ricos, descritivos e contextualizados, em coerência com os pressupostos da investigação qualitativa e com a centralidade atribuída às experiências subjetivas dos participantes (Creswell, 2014; Flick, 2018).

Para garantir a validação de conteúdo, os guiões foram revistos por dois especialistas da área da Educação Social e da Intervenção Familiar, de modo a verificar a adequação das questões aos objetivos do estudo e a clareza linguística dos itens. Após essa revisão, foram realizados pré-testes com um técnico e uma família não incluídos na amostra final, o que permitiu ajustar a sequência das perguntas e o tom das formulações, tornando a entrevista mais acessível e fluida, e afinada a recolher precisamente o que se pretendia.

3.1.1 Descrição e Procedimentos de Aplicação

As entrevistas foram realizadas pela investigadora no contexto institucional do CAFAP, em espaços reservados e tranquilos, garantindo confidencialidade e conforto aos participantes. O processo de recolha decorreu ao longo de várias semanas, com agendamento de acordo com a disponibilidade dos participantes.

Antes de cada entrevista, foi feita uma explicação clara dos objetivos do estudo, dos direitos de participação e do uso dos dados. Em seguida, cada participante assinou o Termo de Consentimento Informado e o Termo de Consentimento para Gravação, documentos que asseguraram a voluntariedade da participação, a confidencialidade das respostas e o direito de desistência a qualquer momento, sem prejuízo pessoal ou institucional.

Todas as entrevistas foram gravadas em áudio (com autorização expressa) e posteriormente transcritas integralmente pela investigadora. As transcrições foram analisadas através de análise de conteúdo temática, permitindo identificar categorias e subcategorias relacionadas com o envolvimento parental, as perceções de eficácia e as práticas de intervenção.

De acordo com Creswell (2014), este tipo de análise é particularmente adequado em estudos que procuram compreender fenómenos sociais complexos, como a parentalidade e a intervenção familiar, permitindo extrair significados, padrões e relações entre variáveis não quantificáveis.

3.2. Escolha e Caracterização da Escala Estilos Parentais (PSDQ)

Para complementar os dados recolhidos nas entrevistas, foi aplicada às famílias a versão portuguesa do Parenting Styles and Dimensions Questionnaire (PSDQ), originalmente desenvolvido por Robinson, Mandleco, Olsen e Hart (2001) e adaptado para a população portuguesa por Pedro, Carapito e Ribeiro (2015), encontrando-se em anexo publicado no artigo disponível em Pedro, M. F., Carapito, E., & Ribeiro, M. T. (2015). Parenting Styles and Dimensions Questionnaire – Versão Portuguesa de Autorrelato. Publicado na *Psychology: Reflexão e Crítica*, 28(2), 302-312. [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/prc/a/GBNmrhh9LLRyPTYrGD3s7Sy/?format=pdf&lang=pt&utm_source=chatgpt.com](https://www.scielo.br/j/prc/a/GBNmrhh9LLRyPTYrGD3s7Sy/?format=pdf&lang=pt&utm_source=chatgpt.com)

Foi-lhe ainda acrescido um bloco, relativamente à relação com os técnicos e à intervenção da CAFAP, adequando a estas famílias acompanhadas e ao objetivo deste estudo, todavia, preservando a estrutura conceitual do instrumento original, o que permitiu garantir a sua validade e a dos resultados obtidos nessa estrutura.

Esta escala tem com base no modelo teórico dos estilos parentais proposto por Baumrind (1967; 1991) e aprofundado por Maccoby e Martin (1983). O instrumento permite avaliar três dimensões centrais dos estilos educativos parentais:

- Autoritativo (democrático) – combina afeto, diálogo, disciplina e estabelecimento de limites claros;
- Autoritário – caracteriza-se pela imposição de regras rígidas, controlo elevado e baixa responsividade afetiva;
- Permissivo – traduz-se em elevada tolerância comportamental, ausência de limites consistentes e tendência para evitar confronto.

A escala utilizada é composta por 30 itens, avaliados numa escala de tipo Likert de 5 pontos (1 = “nunca” a 5 = “sempre”). A leitura das respostas permite identificar o estilo parental predominante em cada família e relacioná-lo com o grau de envolvimento e os resultados percebidos da intervenção CAFAP.

A escolha do PSDQ justifica-se pela sua ampla utilização internacional, consistência teórica e adequação à avaliação de práticas parentais em contextos educativos e sociofamiliares (Baumrind, 1991; Robinson et al., 1995). Para este estudo, utilizou-se uma

versão traduzida e adaptada ao contexto sociocultural português, respeitando os princípios de equivalência semântica e conceptual do instrumento original.

3.2.1 Descrição e Procedimentos de Aplicação

A recolha de dados foi realizada em contexto institucional, após autorização formal da coordenação do CAFAP (ver anexo 1) e aprovação ética do estudo pela Comissão de Ética da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança com o número de processo validado e deferido P527305-R644340-D1916625. O processo seguiu os princípios deontológicos da investigação em Ciências Sociais, assegurando o respeito à dignidade, à autonomia e à proteção dos participantes.

Antes do início de cada entrevista, a investigadora apresentou os objetivos do estudo, os procedimentos de recolha, o destino dos dados e as garantias de confidencialidade e anonimato. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Informado e o Termo de Consentimento para Gravação Áudio (ver anexo 2 e 3), conforme recomendado pela Declaração de Helsínquia (WMA, 2013) e pela legislação europeia de proteção de dados (Regulamento (UE) 2016/679 – RGPD). Os participantes foram informados do seu direito de desistência a qualquer momento, sem prejuízo pessoal, social ou institucional.

As entrevistas decorreram em espaços reservados, tranquilos e previamente preparados, de forma a garantir privacidade, conforto e segurança emocional. A condução das entrevistas respeitou uma postura empática, não diretiva e isenta de julgamento, adequada à natureza sensível dos temas abordados e à preservação do bem-estar psicológico dos participantes (Creswell, 2014; Flick, 2018).

As gravações foram transcritas na íntegra e anonimizadas através da atribuição de pseudónimos (ex.: “Entrevistado Família 1”, “Técnico A”). Todos os ficheiros de áudio e transcrições foram armazenados em suporte digital protegido por palavra-passe, acessível apenas à investigadora e serão devidamente eliminados quando não tiverem mais utilidade ao estudo e/ou à divulgação científica dos resultados, cumprindo os critérios de segurança e integridade previstos no RGPD.

As Escalas foram aplicadas, posteriormente às entrevistas, em momento e local agendado com as famílias participantes, foi-lhes reiterado os objetivos e âmbito do estudo e todos os seus direitos reforçados e a investigadora acompanhou no momento de preenchimento. Ao preencherem a escala, assumiam consentimento informado para a sua participação conforme

lhes foi referido. As famílias responderam de forma autónoma, num ambiente tranquilo e privado, garantindo condições de compreensão, conforto e anonimato.

Antes do preenchimento, foram reforçados a finalidade científica do estudo, o carácter confidencial das respostas e a inexistência de consequências associadas às opções assinaladas. O tempo médio de resposta variou entre 15 e 25 minutos. Foi igualmente esclarecido que não existiam respostas “certas” ou “erradas”, sendo valorizada a autenticidade e espontaneidade das respostas.

Os dados recolhidos através da escala foram tratados por meio de estatística descritiva, permitindo identificar tendências gerais e perfis parentais predominantes. Posteriormente, estes resultados foram articulados com os dados qualitativos das entrevistas, no âmbito da triangulação metodológica, a fim de aprofundar a compreensão da relação entre os estilos parentais, o envolvimento familiar e a eficácia percebida das intervenções CAFAP.

A combinação da entrevista semiestruturada com a aplicação da escala PSDQ permitiu uma abordagem metodológica complementar e equilibrada:

- As entrevistas possibilitaram aceder ao significado subjetivo, relacional e contextual das experiências;
- A escala forneceu indicadores mensuráveis e comparáveis sobre práticas educativas e estilos parentais.

Esta integração de métodos reforça a validade interna e externa do estudo, conforme defendem Creswell (2014) e Flick (2018), ao articular diferentes fontes e níveis de evidência. Assim, o desenho metodológico adotado assegura uma leitura mais ampla, rigorosa e ética do fenómeno em análise, em consonância com os princípios da investigação em Educação Social.

Capítulo 4 - Caracterização dos participantes

A amostra do estudo foi intencional e não probabilística e é composta por um grupo de nove participantes voluntários, selecionados de forma intencional e criteriosa, em conformidade com os objetivos da investigação. Integraram o estudo:

- Três técnicas da equipa multidisciplinar do CAFAP (Assistente Social, Psicóloga/Mediadora e Educadora Social);

- Seis mães de famílias acompanhadas pela instituição, participantes no âmbito da intervenção parental.

Esta composição permitiu recolher dados provenientes de duas perspetivas complementares:

- a visão profissional das técnicas, centrada na intervenção e nos processos institucionais;
- a experiência vivida pelas famílias, enquanto destinatárias diretas do acompanhamento.

A seleção teve como critério central a relevância da experiência no contexto CAFAP, assegurando diversidade ao nível das condições sociofamiliares (meio urbano/rural, escolaridade, situação profissional, dinâmica familiar, entre outros). O objetivo não foi garantir representatividade estatística, mas obter uma amostra informacionalmente rica, capaz de revelar pluralidade de experiências e aprofundar a compreensão do fenómeno (Bogdan & Biklen, 1994; Creswell, 2014; Flick, 2018).

A inclusão destes dois grupos assegura uma leitura multidimensional e contextualizada do fenómeno em estudo, permitindo compreender não apenas os resultados da intervenção, mas também a forma como estes são percebidos pelos diferentes atores envolvidos. Esta opção metodológica está em consonância com os princípios da investigação qualitativa e colaborativa, que valorizam a diversidade de vozes e a produção de conhecimento situada (Bogdan & Biklen, 1994; Flick, 2018).

Tabela 1

Caracterização Sintética da Amostra

Grupo	N	Função	Idade	Escolaridade	Situação	Contexto
Técnicas	3	AS, Psicóloga, ES	30-45	Superior	Empregadas	Institucional
Famílias	6	Mães	25-50	1.º ciclo a sec.	Desemprego	Urb./Rural

Nota. AS = Assistente Social; ES = Educadora Social; sec. = secundário; Urb. = Urbano.

4.1 Caracterização das Técnicas do CAFAP

As três participantes que integram a equipa técnica do CAFAP representam diferentes áreas disciplinares, assegurando uma intervenção multidisciplinar, complementar e

legalmente enquadrada. A diversidade formativa refletida no Serviço Social, na Psicologia e na Educação Social permite uma abordagem integrada das problemáticas familiares, em conformidade com o modelo de atuação definido para os CAFAP (DGSS, 2019).

A primeira técnica, técnica A, exerce funções como Assistente Social, com cerca de cinco anos de experiência na área e formação específica em intervenção familiar e parentalidade positiva. As suas funções incluem a avaliação social das famílias, o acompanhamento individualizado, a construção de planos de intervenção e a articulação com entidades parceiras, como a CPCJ, os tribunais ou os serviços de saúde.

A técnica B, segunda participante, é Psicóloga e Mediadora Familiar, a exercer funções desde 2018. Possui formação especializada em mediação parental e intervenção em crise, assumindo frequentemente a dinamização de sessões em contextos de separação conjugal, conflitos parentais ou reorganização familiar. A sua atuação privilegia o reforço das competências emocionais, a comunicação não violenta e a reconstrução de vínculos parentais.

Já terceira profissional, Técnica C, é Educadora Social, com experiência de mais de duas décadas na intervenção comunitária e familiar (desde 2000). Detém formação complementar em parentalidade positiva e dinamiza ações de capacitação parental, oficinas de educação emocional e projetos de cidadania familiar, com foco na promoção de competências educativas, relacionais e organizacionais.

De forma global, as três técnicas apresentam perfis profissionais experientes, especializados e alinhados com a missão do CAFAP, revelando forte compromisso com o trabalho em rede, a promoção da parentalidade positiva e a proteção do bem-estar das crianças. A complementaridade das suas formações assegura um modelo de intervenção interdisciplinar, ajustado às necessidades complexas das famílias acompanhadas.

4.2 Caracterização das Famílias Participantes

As seis famílias participantes são constituídas por mães com idades compreendidas entre os 25 e os 50 anos, todas elas responsáveis principais pelo cuidado e educação dos filhos. Todas se encontram em acompanhamento pelo CAFAP devido a diferentes situações de vulnerabilidade social e familiar, integrando o público-alvo definido para este tipo de resposta social (Portaria n.º 139/2013).

No que respeita ao nível de escolaridade, verifica-se uma heterogeneidade significativa: algumas participantes não concluíram o 9.º ano de escolaridade, enquanto outras possuem o ensino secundário completo ou certificação pós-secundária (nível 5). Esta diversidade educativa reflete a pluralidade de percursos formativos e trajetórias socioprofissionais existentes entre as famílias acompanhadas.

Relativamente à situação profissional, observa-se que a maioria das mães se encontra desempregada, em situação de baixa médica prolongada ou com incapacidade permanente para o trabalho, o que fragiliza a estabilidade económica e constitui um fator de risco social identificado pelas técnicas. A instabilidade laboral tem impacto direto na organização familiar, no acesso a recursos e na capacidade de resposta às exigências parentais.

Em termos geográficos, as participantes residem em contextos distintos — meio urbano, semiurbano e rural — permitindo observar como o território influencia as condições de vida, a rede de apoio e o acesso a serviços públicos e comunitários.

Todas as participantes exercem o seu papel parental em contextos monoparentais ou reorganizados, não existindo, entre os casos estudados, agregados biparentais estáveis com coabitação contínua. Esta realidade acentua a importância da intervenção técnica no apoio à reorganização emocional, relacional e funcional das famílias.

De forma geral, o grupo é marcado por fatores como:

- fragilidade económica e laboral,
- baixas qualificações escolares em parte da amostra,
- ausência de rede familiar de suporte,
- monoparentalidade feminina,
- necessidade de apoio socioeducativo para o exercício das funções parentais.

Esta caracterização confirma a pertinência da atuação do CAFAP na promoção da parentalidade positiva, no reforço das competências cuidadoras e na prevenção de situações de risco infantil.

Capítulo 5 – Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados

5.1. Resultados da Entrevista

5.1.1. Resultados da Aplicação na Equipa Técnica

Todas as técnicas entrevistadas manifestaram motivação e consentimento para participar, reconhecendo a importância de refletir sobre o seu trabalho e partilhar experiências. A equipa é composta por Assistente Social, Psicólogo/Mediador e Educador Social — perfis que se complementam na abordagem multidisciplinar que caracteriza o funcionamento do CAFAP, e que é exigência legal para os mesmos. Esta diversidade profissional é apontada pelas entrevistadas como um ponto forte, o que permite uma visão global das situações familiares acompanhadas.

Quando questionadas sobre o conceito de parentalidade, as técnicas descrevem-no como um exercício que exige afeto, regras e responsabilidades. Educar, afirmam, significa orientar, estar presente e promover a autonomia dos filhos. Todas identificam a parentalidade positiva como eixo central da sua intervenção — uma abordagem que rejeita a punição e valoriza o diálogo e a negociação (Conselho da Europa, 2006). As técnicas reconhecem que esta forma de educar é cada vez mais necessária face aos desafios sociais e familiares atuais, e que deve ser trabalhada desde cedo.

De acordo com as profissionais, as situações acompanhadas pelo CAFAP são muito diversas — vão desde a negligência e o abandono escolar até à violência doméstica, à alienação parental ou a separações conflituosas. As sinalizações chegam, sobretudo, das CPCJ, dos tribunais, das escolas e dos serviços de saúde, refletindo o papel articulador do sistema de proteção. As técnicas descrevem a intervenção como exigente, mas gratificante, e reconhecem que os resultados dependem fortemente do tempo de acompanhamento e do grau de colaboração das famílias.

A perceção da eficácia é, no geral, positiva: as técnicas observam progressos nas famílias que se envolvem de forma ativa e confiante. Tal como defende Carvalho (2016), o sucesso da intervenção familiar depende da qualidade da relação técnica — uma relação assente na empatia, na escuta e na confiança.

Entre as práticas mais referidas destacam-se as ações de capacitação parental, os planos de intervenção individualizados e a mediação familiar. A participação dos pais é relatada

como elevada (cerca de 99%), embora se esperem algumas recaídas. As entrevistadas referem também que as mudanças mais consistentes ocorrem quando a intervenção é precoce e o acompanhamento é mantido por tempo suficiente para gerar vínculo e responsabilização.

5.1.2. Resultados da Aplicação às Famílias

As entrevistas com as famílias trouxeram uma perspectiva pessoal e emocional sobre o impacto do CAFAP nas suas vidas. Todas as participantes deram o seu consentimento informado e participaram voluntariamente, manifestando a vontade de partilhar o seu percurso. As suas idades situam-se entre os 25 e os 50 anos, e a maioria encontra-se desempregada ou em situação de baixa renda, o que revela vulnerabilidades sociais agravadas.

Quando falam de parentalidade, as mães referem frequentemente a importância de comunicar, impor regras e demonstrar carinho. Para muitas, a intervenção do CAFAP ajudou a compreender melhor os comportamentos dos filhos e a lidar com eles de forma mais tranquila e positiva. Esta evolução está em sintonia com o modelo de parentalidade democrática proposto por Baumrind (1991), que equilibra exigência e afeto.

As famílias valorizam muito o papel dos técnicos, que descrevem como “presentes”, “compreensivos” e “sem julgamentos”. Para várias mães, o CAFAP representou um ponto de viragem, um espaço de escuta e reconstrução de confiança. As participantes referem ter aprendido estratégias práticas — como tabelas de regras ou rotinas —, mas sublinham sobretudo a mudança na forma de pensar: passaram a dar mais valor ao diálogo e à paciência.

No que toca às dificuldades, surgem menções à lentidão dos processos judiciais, à burocracia e, em alguns casos, à sensação de exigência excessiva. Ainda assim, todas reconhecem que a intervenção foi positiva, sobretudo por lhes ter permitido melhorar a relação com os filhos e reorganizar a dinâmica familiar.

5.1.3. Conclusão da Análise Qualitativa das Entrevistas às Famílias e Técnicas

A análise das entrevistas realizadas às seis famílias acompanhadas pelo CAFAP permitiu identificar um conjunto de categorias centrais que refletem as perceções, experiências e transformações vivenciadas ao longo do processo de intervenção. As categorias principais — *conceito de parentalidade, parentalidade positiva, perceção da intervenção do CAFAP, relação com técnicos, eficácia e mudanças observadas e desafios identificados* — foram

organizadas de acordo com a frequência das menções positivas e a relevância temática atribuída pelas participantes.

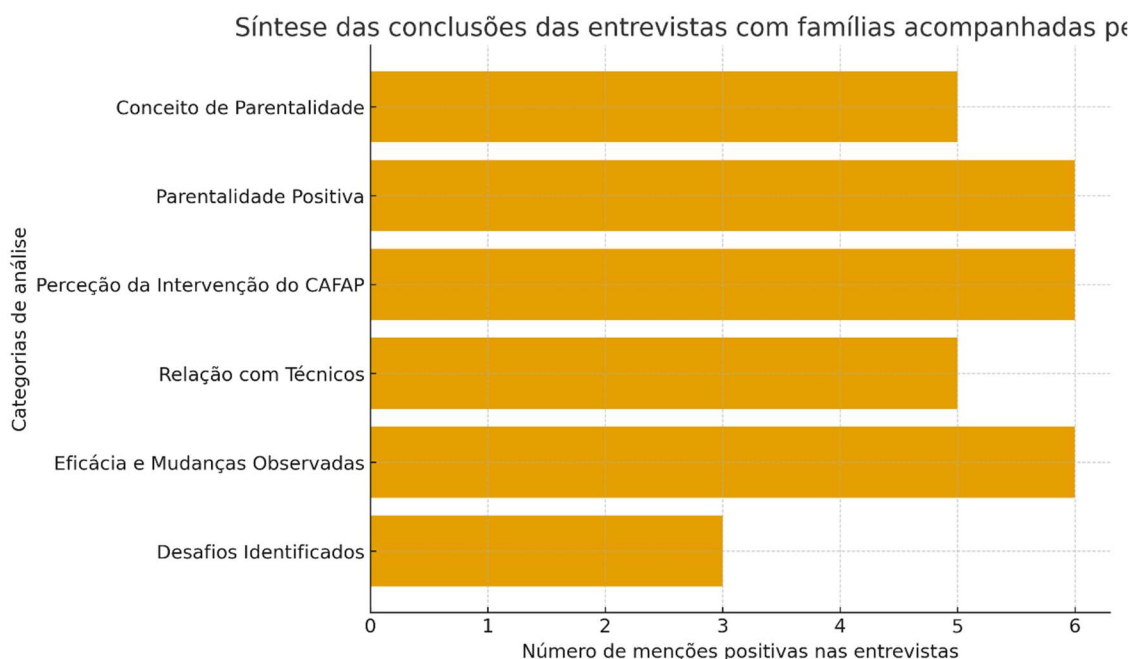


Figura 1 – Síntese das Conclusões das Entrevistas Realizadas

A Figura 1 apresenta a distribuição das categorias de análise, evidenciando a predominância de percepções favoráveis relativamente à intervenção do CAFAP e ao impacto na dinâmica familiar. Verifica-se que as categorias “Parentalidade Positiva” e “Eficácia e Mudanças Observadas” foram as mais frequentemente mencionadas, com seis referências positivas cada, revelando a importância atribuída pelas famílias à aprendizagem de novas estratégias educativas e ao reforço das competências parentais. As entrevistadas destacam a melhoria da comunicação com os filhos, a adoção de práticas de disciplina positiva e o fortalecimento dos laços afetivos, associando essas transformações diretamente ao acompanhamento técnico prestado.

De igual modo, as categorias “Percepção da Intervenção do CAFAP” e “Relação com Técnicos” registaram elevada incidência, traduzindo uma visão globalmente positiva sobre o trabalho desenvolvido. As participantes descrevem os profissionais do CAFAP como acessíveis, empáticos e disponíveis, sublinhando a confiança estabelecida e o sentimento de acolhimento que caracteriza a relação técnico–família. Esta dimensão relacional revela-se determinante para o envolvimento parental e para a consolidação dos resultados obtidos.

Por outro lado, as categorias “Conceito de Parentalidade” e “Desafios Identificados” apresentaram menor frequência de menções, o que indica alguma variabilidade na forma como as entrevistadas conceptualizam o papel parental e percebem as dificuldades inerentes ao processo. Algumas mães demonstraram uma visão mais estruturada e reflexiva sobre a parentalidade, enquanto outras revelaram um entendimento mais prático e intuitivo. No que respeita aos desafios, foram referidas principalmente as exigências legais, a morosidade dos processos judiciais e, pontualmente, a percepção de exigência excessiva por parte das equipas técnicas.

Em síntese, os dados qualitativos confirmam que o CAFAP é percebido como um recurso essencial no apoio às famílias, promovendo a melhoria das práticas parentais, a prevenção de situações de risco e o fortalecimento dos vínculos afetivos. A intervenção é vista não apenas como um apoio técnico, mas também como um espaço de partilha, escuta e reconstrução de relações familiares, contribuindo significativamente para o bem-estar e a coesão do agregado familiar.

Já a análise cruzada das entrevistas realizadas às técnicas e às famílias confirma que o grau de envolvimento parental constitui um dos fatores determinantes para a eficácia da intervenção desenvolvida pelo CAFAP. Os dados revelam que os resultados da intervenção não dependem apenas da aplicação de metodologias estruturadas, mas sobretudo da forma como os cuidadores aderem às orientações, participam nas atividades propostas e integram as estratégias no quotidiano familiar (Carvalho, 2016).

Esta tendência é visível em várias narrativas. A EF2 (Entrevistada Família 2) sublinhou que aprendeu “maneiras para lidar com as crianças, impondo regras”, acrescentando que “ninguém nasce ensinado”, demonstrando abertura para incorporar novas práticas educativas. De forma semelhante, a EF4 referiu que tenta aplicar as orientações e “buscar estratégias” sempre que sente dificuldades, reconhecendo que “às vezes não consigo, mas vou tentando e perguntando como posso fazer melhor”. Estes testemunhos reforçam que o compromisso das famílias com o processo é central para a mudança.

Nas famílias que demonstraram maior abertura à mudança, os efeitos da intervenção foram visíveis na organização do lar, na gestão de comportamentos e na melhoria da relação com os filhos. Tal como referido no texto original, a EF2 afirmava que “a casa ficou mais calma”, mas outras mães também reforçam este padrão. Por exemplo, a EF6, com acompanhamento há vários anos, afirmou que recorre ao CAFAP sempre que precisa e que as técnicas “são como uma família”, acrescentando que a ajudam a lidar tanto com questões

educativas como emocionais. Também a EF1 descreveu que “aprendi bons princípios e novas técnicas”, evidenciando assimilação de estratégias parentais positivas.

Outro exemplo surge na EF5, que vivencia um processo de violência doméstica: apesar da complexidade da situação, destaca que o CAFAP foi essencial para preservar e fortalecer os laços entre pai e filho, referindo que as técnicas “fizeram de tudo para que as visitas fossem produtivas”. A valorização do vínculo, associada à capacidade de implementar rotinas e regras, traduz-se na melhoria do ambiente familiar.

Por contraste, nas situações em que a colaboração foi parcial ou condicionada por desgaste emocional, resistência ou ausência de reflexão crítica, os progressos foram menos consistentes. A EF3 reconhece dificuldade em explicar e refletir sobre o processo, apresentando respostas breves e pouco elaboradas, o que pode revelar menor apropriação das orientações técnicas. Já a EF4 descreve fases de regressão, afirmando que “às vezes consigo, outras vezes volto atrás”, sendo influenciada por fatores pessoais como o luto e a doença da mãe. Esta participante verbaliza ainda sentir que “veem mais o que eu faço de mal do que o que eu faço de bem”, o que afeta a sua motivação e consistência educativa. Estes casos confirmam que a intervenção, por si só, não garante mudança: é necessário que os cuidadores assumam papel ativo no processo. Relvas (2011) reforça esta leitura ao afirmar que a transformação familiar é mais sólida quando os pais passam de meros recetores de orientações para agentes corresponsáveis de mudança.

O vínculo estabelecido entre técnicos e famílias surge como elemento facilitador da adesão e da evolução. As técnicas destacaram a importância da empatia, da escuta ativa e da ausência de julgamento, e esta percepção é confirmada pelas famílias. A EF5 afirmou que as técnicas “fazem de tudo para que a pessoa se sinta acolhida”, enquanto a EF6 referiu: “Se preciso de alguma coisa... elas estão sempre dispostas para mim”. Já a EF1 descreveu a relação como “boa, sem queixas”, enquanto a EF2 salientou que são “muito simpáticas e acessíveis”. Estes testemunhos validam a ideia de que a relação técnica-família funciona como mediador emocional e pedagógico no processo de mudança, tal como indicado pelo Conselho da Europa (2006) no quadro da parentalidade positiva.

Outro aspeto relevante diz respeito à importância do tempo na eficácia da intervenção. Famílias que beneficiaram de acompanhamento mais longo identificam melhorias mais consolidadas. A EF6 relata ser acompanhada “há sete ou oito anos”, mantendo o CAFAP como rede de apoio, e associa essa continuidade ao bem-estar e proteção da filha, referindo que “continuam a proteger a minha filha conforme estavam a proteger”. Esta evidência está

alinhada com as orientações da DGSS (2019), que defendem que o desenvolvimento de competências parentais exige intervenção prolongada para permitir aprendizagem, interiorização e estabilização de comportamentos.

Os dados reforçam ainda que a eficácia não elimina a existência de recaídas ou momentos de resistência. A EF4 reconheceu que, apesar de tentar aplicar as orientações, “às vezes não consigo adquirir o que me pedem”, e que alterna entre momentos de sucesso e regressão, sobretudo quando o seu contexto emocional se agrava. A própria EF2 referia que “às vezes ainda grita”, mas que tenta reduzir essas situações. Este tipo de relato demonstra que a mudança não deve ser entendida como ausência de dificuldade, mas como capacidade de resposta regulada e coerente, correspondendo ao modelo de parentalidade democrática proposto por Baumrind (1991) e aos princípios de Rodrigo et al. (2010).

A leitura comparativa das entrevistas evidencia, assim, que o envolvimento parental é um pilar central da intervenção dos CAFAP. Quando os cuidadores se mostram participativos, reflexivos e alinhados com os objetivos definidos, a intervenção produz resultados mais visíveis: diminuição de conflitos, melhoria do diálogo, maior segurança emocional dos filhos e maior consistência educativa. Nos casos em que o envolvimento é reduzido, o impacto existe, mas é mais lento, instável ou dependente exclusivamente da ação técnica, o que confirma que a intervenção é tanto mais eficaz quanto mais for co-construída.

Tabela 2

Síntese Interpretativa das Dimensões Analisadas nas Entrevistas

Dimensão	Evidências	Impacto na Eficácia
Envolvimento parental	Participação nas sessões; aplicação de estratégias	Mudanças mais visíveis nas relações
Relação técnico-família	Técnicos "presentes", "acolhedores"	Confiança facilita adesão e cooperação
Reflexividade parental	Consciência crítica; ajustamento de práticas	Processo de mudança mais rápido
Desafios e resistências	Cansaço; processos judiciais longos	Atraso ou mudança instável
Duração da intervenção	Acompanhamentos prolongados	Consolidação de competências
Parentalidade positiva	Redução de gritos; mais diálogo e empatia	Confirma adequação das práticas CAFAP

O conjunto de dados analisados ao longo deste capítulo permite concluir que a intervenção do CAFAP se estrutura numa lógica relacional, colaborativa e centrada na família, na qual o envolvimento parental assume um papel determinante para a obtenção de resultados positivos. Tanto as técnicas como as famílias convergem na perceção de que a

eficácia da intervenção não depende apenas dos instrumentos metodológicos utilizados, mas da forma como as famílias aderem ao processo, refletem sobre as suas práticas e integram as orientações recebidas no quotidiano.

A intervenção revela-se mais eficaz quando realizada de forma precoce, prolongada e ajustada ao ritmo de cada agregado, permitindo a interiorização progressiva de competências parentais e a prevenção de recaídas. Assim, a evidência empírica obtida valida a parentalidade positiva como eixo metodológico central e reforça a ideia de que a mudança familiar consistente se constrói com tempo, diálogo, confiança e corresponsabilização.

5.2. Dados da Escala

5.2.1 Introdução à Análise Quantitativa

Após a análise das entrevistas, que permitiu compreender em profundidade as perceções das famílias e das técnicas sobre o envolvimento parental e a eficácia da intervenção, procede-se agora à apresentação dos resultados quantitativos. Esta segunda etapa da análise tem como finalidade complementar os dados qualitativos, permitindo observar tendências, comparar padrões e aprofundar a compreensão do fenómeno através de indicadores mensuráveis.

Para esse efeito, foi aplicada às famílias a escala Parenting Styles and Dimensions Questionnaire (PSDQ), elaborada por Robinson, Mandleco, Olsen e Hart (1995) e sustentada no modelo teórico de Baumrind (1967, 1991) e de Maccoby e Martin (1983). A escala permite identificar o estilo parental predominante (autoritativo, autoritário ou permissivo) com base em 30 itens avaliados numa chave de tipo Likert de 1 a 5. Foi utilizada a versão adaptada para o contexto português, garantindo a adequação semântica e cultural dos itens às famílias participantes.

A opção pela utilização de uma escala estruturada fundamenta-se na lógica da complementaridade metodológica, característica dos estudos de natureza mista (Creswell, 2014). Enquanto as entrevistas captaram o significado subjetivo das experiências vividas, a escala possibilita a análise de dimensões objetivas e comparáveis, reforçando a credibilidade dos resultados.

Os dados obtidos através da PSDQ foram tratados de forma descritiva, permitindo caracterizar os estilos parentais das participantes e relacioná-los com o nível de envolvimento no acompanhamento CAFAP. A leitura dos resultados é articulada com o

quadro teórico da parentalidade positiva e com os contributos da investigação empírica sobre intervenção familiar.

Conforme recomendado pela triangulação metodológica, a interpretação final dos dados não se limita ao plano numérico, mas será posteriormente cruzada com os resultados qualitativos, permitindo validar, confirmar ou problematizar as conclusões emergentes (Flick, 2005). A articulação entre as duas fontes de dados reforça a consistência do estudo e permite uma compreensão mais ampla e rigorosa da relação entre envolvimento parental e eficácia das intervenções CAFAP.

5.2.2 Dimensão A – Competências Parentais

Esta dimensão avaliou a perceção que as famílias têm sobre as suas próprias competências parentais — nomeadamente na capacidade de impor regras, dialogar, expressar afeto e gerir comportamentos desafiantes.

De forma geral, os resultados indicam que as famílias percecionam uma melhoria significativa nas suas práticas educativas após o acompanhamento. A maioria das respostas evidencia maior capacidade consciente do exercício da sua parentalidade e dos direitos e necessidades dos seus filhos, mais empatia e melhor capacidade de comunicação. Estes dados refletem o impacto positivo, referido na literatura, das ações de capacitação parental e estão em linha com os princípios da parentalidade positiva (Rodrigo, Máiquez & Martín, 2010).

Os valores mais baixos foram observados nas áreas relacionadas com a regulação emocional e a consistência disciplinar — aspetos que, segundo Relvas (2011) e Bowlby (1988), tendem a ser mais frágeis em contextos de vulnerabilidade e de stresse familiar. Ainda assim, o progresso é notório, revelando que a intervenção promove um processo de aprendizagem gradual e transformador.

5.2.3 Dimensão B – Dinâmica Familiar

A segunda dimensão centrou-se na análise da convivência e da coesão familiar, explorando a qualidade da comunicação entre os membros da família, o apoio mútuo e a capacidade de resolver conflitos de forma positiva.

Os resultados mostram uma perceção amplamente positiva quanto à convivência familiar após o acompanhamento. As famílias referem maior diálogo e compreensão mútua,

bem como uma diminuição de tensões no cotidiano. Estas melhorias são consistentes com o que foi partilhado nas entrevistas, nas quais as famílias destacaram a importância do CAFAP como mediador e facilitador das relações familiares.

De acordo com Carvalho (2016), o aumento da comunicação e da coesão familiar é um indicador-chave da eficácia da intervenção social, refletindo a capacidade das famílias para reorganizar as suas dinâmicas internas e desenvolver estratégias de resolução de problemas.5.6.4 Dimensão C – Perceção da Intervenção CAFAP

Esta dimensão procurou compreender como as famílias avaliam o apoio recebido do CAFAP e o impacto percebido nas suas vidas.

A maioria das famílias descreve o CAFAP como um apoio essencial, destacando o profissionalismo, a empatia e a disponibilidade dos técnicos. As respostas evidenciam uma elevada satisfação com o acompanhamento recebido, sobretudo pela proximidade e pelo sentimento de acolhimento. Estes resultados corroboram as conclusões de Costa (2018), que salienta a importância das relações humanas e do vínculo de confiança na eficácia das intervenções sociais.

Ainda assim, algumas respostas apontam limitações, como a curta duração de algumas medidas e a lentidão dos processos judiciais. Apesar dessas dificuldades, o balanço geral é fortemente positivo, e a maioria das famílias considera ter vivido mudanças reais e duradouras na sua forma de educar e de se relacionar com os filhos.

De forma global, os resultados do questionário confirmam e reforçam as tendências observadas na análise qualitativa. As famílias reconhecem o CAFAP como um espaço de apoio, aprendizagem e transformação, e identificam melhorias significativas nas suas competências parentais e na dinâmica familiar.

Estes dados sustentam a ideia de que o envolvimento parental é determinante para a eficácia da intervenção, e que o sucesso do processo depende tanto das estratégias técnicas como da qualidade da relação construída entre técnicos e famílias.

5.2.4. Conclusões sobre os Dados da Escala

A análise quantitativa teve como objetivo complementar os dados qualitativos recolhidos nas entrevistas, permitindo avaliar de forma mensurável as práticas parentais das famílias acompanhadas pelo CAFAP. Para tal, foi aplicada a versão curta do *Parenting Styles and Dimensions Questionnaire* (PSDQ), instrumento internacionalmente validado e adaptado

para a população portuguesa, composto por 30 itens distribuídos em três dimensões: parentalidade autoritária, autoritária e permissiva.

A escala permitiu obter indicadores objetivos sobre o estilo parental predominante em cada família, possibilitando a articulação entre dados estatísticos e narrativas recolhidas nas entrevistas. Das seis famílias entrevistadas, três responderam integralmente à escala, o que permitiu a análise descritiva dos resultados.

Tabela 3

Médias dos Estilos Parentais por Família (PSDQ)

Família	Autoritativa (M)	Autoritária (M)	Permissiva (M)
1	4.70	1.73	1.57
2	4.55	2.91	2.50
3	3.45	2.50	2.14

Nota. M = Média. Escala: 1 = Nunca; 5 = Sempre. Itens em falta excluídos do cálculo.

5.2.5. Interpretação dos resultados

- A **dimensão autoritativa** apresenta as médias mais elevadas nas três famílias, indicando práticas baseadas no diálogo, na explicação de regras, na supervisão e no reforço positivo.
- As dimensões **autoritária** e **permissiva** situam-se em níveis baixos a moderados, o que sugere que as práticas coercivas ou excessivamente permissivas não são predominantes.
- A Família 1 apresenta o perfil mais autoritativo (M=4,70), enquanto a Família 3 revela o perfil menos consistente (M=3,45), com maior oscilação entre dimensões — o que coincide com os relatos qualitativos.

A análise dos resultados quantitativos confirma uma relação consistente entre o nível de envolvimento parental e a eficácia das intervenções desenvolvidas pelo CAFAP nestas famílias. As famílias que demonstram (autopercecionadamente ou pela percepção dos técnicos) maior participação nas sessões, maior abertura à mudança e maior aplicação das orientações no quotidiano reportam progressos mais significativos nelas. Nomeadamente ao nível da comunicação intrafamiliar, da organização das rotinas e da regulação emocional. Estes dados reforçam a ideia de que a mudança não decorre apenas da intervenção técnica,

mas da capacidade das famílias se apropriarem do processo e o integrarem no seu funcionamento diário.

Os resultados também mostram que essa melhoria é percebida como mais expressiva quando há continuidade no acompanhamento e quando a relação entre técnicos e famílias se caracteriza por empatia, confiança e corresponsabilização. Em contrapartida, contextos marcados por resistência, conflito ou desmotivação revelam menor impacto das medidas — o que parece evidenciar que a eficácia da intervenção é proporcional ao grau de envolvimento e à disponibilidade das famílias para colaborar ativamente.

Estas conclusões convergem com a literatura científica de referência, que sublinha a importância da relação técnica como fator preditor da mudança (Carvalho, 2016), e confirmam que a intervenção familiar é mais eficaz quando assente em práticas participativas, colaborativas e ajustadas ao contexto real das famílias (Relvas, 2011). Assim, os dados obtidos reforçam a validade do papel do CAFAP enquanto estrutura promotora de parentalidade positiva, na medida em que favorece a construção de vínculos de confiança, a capacitação parental e a prevenção de situações de risco.

Capítulo 6 – Triangulação dos Resultados

6.1 Triangulação dos Resultados: Escala PSDQ × Entrevistas

A leitura cruzada entre os resultados quantitativos da escala PSDQ e os dados qualitativos recolhidos nas entrevistas confirma uma convergência significativa entre as práticas parentais autorrelatadas e os discursos das famílias.

- Família 1 – Apresenta a média mais elevada na dimensão autoritativa (M=4,70), o que reflete práticas centradas na explicação de regras, no reforço positivo e no estabelecimento consistente de rotinas. Esta tendência confirma o testemunho da entrevistada, que refere, por exemplo, a utilização de uma “tabela de regras no frigorífico”, o recurso ao elogio e a importância do diálogo (entrevista 1). Há coerência entre o discurso e os indicadores estatísticos.

- Família 2 – Combina um estilo predominantemente autoritativo (M=4,55) com valores moderados nas dimensões autoritária e permissiva, o que indica alguma oscilação no exercício parental. A entrevista confirma esta ambivalência: a

participante refere aplicar estratégias de escuta e negociação, mas também admite recorrer, pontualmente, a gritos, ameaças ou cedências para evitar conflito. As médias refletem exatamente essa dupla tendência.

- Família 3 – Apresenta a média autoritativa mais baixa (M=3,45) e valores moderados nas restantes dimensões, indicando uma parentalidade menos estável e mais reativa. Tal padrão surge igualmente no discurso: a entrevistada assume sentir dificuldade em manter regras consistentes, refere incerteza em algumas respostas (“2 ou 3”) e reconhece que oscila entre impor limites e ceder.

Esta triangulação demonstra que os dados quantitativos não só confirmam as percepções qualitativas, como permitem objetivar os padrões relacionais descritos. As famílias com perfis mais autoritativos (escala) são as que relatam maior estrutura, supervisão e comunicação (entrevista). Por outro lado, as famílias com médias mais baixas revelam, no discurso, níveis mais elevados de instabilidade emocional e de dificuldade na gestão dos limites.

Assim, a triangulação analítica evidencia uma coerência robusta entre os dois métodos, validando a utilização da escala como instrumento complementar à entrevista e reforçando a consistência dos resultados globais do estudo.

6.2 Metodologia da Triangulação

A presente investigação recorreu a uma estratégia de triangulação metodológica, integrando dados de natureza qualitativa (entrevistas semiestruturadas) e quantitativa (escala PSDQ), com o objetivo de reforçar a validade interna do estudo e obter uma compreensão mais densa e aprofundada do fenómeno em análise. A triangulação consiste na combinação intencional de diferentes métodos, fontes ou técnicas de recolha de dados, permitindo superar limitações inerentes a cada abordagem isoladamente e produzir interpretações mais consistentes, completas e rigorosas (Denzin, 1978; Flick, 2005).

Segundo Denzin (1978), a triangulação pode assumir diversas formas — de métodos, de dados, de investigadores e de teorias. No presente estudo, destaca-se sobretudo a triangulação de métodos, através da articulação entre a escala PSDQ e as entrevistas qualitativas, e a triangulação de dados, pela comparação sistemática entre indicadores numéricos e narrativas subjetivas das famílias e dos profissionais. Esta articulação permitiu relacionar valores objetivos (médias, dimensões e perfis parentais) com significados,

experiências e práticas relatadas no discurso, conferindo maior densidade interpretativa ao fenómeno.

A triangulação cumpriu, assim, três funções fundamentais neste estudo:

1. Complementaridade – os dados quantitativos ampliaram e objetivaram tendências identificadas nas entrevistas, enquanto os dados qualitativos contextualizaram, explicaram e aprofundaram os valores estatísticos obtidos;
2. Confirmação ou convergência – os resultados produzidos por diferentes técnicas foram comparados de modo a verificar se se reforçavam mutuamente ou se revelavam discrepâncias relevantes;
3. Aprofundamento – eventuais divergências entre dados foram interpretadas como elementos analíticos significativos e não como falhas do método, permitindo compreender nuances do funcionamento familiar (Flick, 2005; Greene, 2007).

No contexto específico deste trabalho, a triangulação evidenciou que as famílias com médias mais elevadas na dimensão autoritativa da escala PSDQ são igualmente aquelas que, nas entrevistas, verbalizam maior consistência parental, comunicação positiva e maior capacidade de aplicar as orientações definidas com o CAFAP. Do mesmo modo, perfis mais instáveis na escala correspondem a discursos marcados por oscilação entre regras e cedências, fragilidade na organização das rotinas ou dificuldades na regulação emocional — confirmando a utilidade do cruzamento entre métodos como estratégia de validação interpretativa.

A adoção deste procedimento metodológico sustenta-se na premissa de que fenómenos sociais e familiares complexos não podem ser compreendidos plenamente através de um único tipo de dado ou de uma única lente epistemológica (Creswell & Plano Clark, 2018). A triangulação reforça, assim, a credibilidade dos resultados, permite integrar dimensões subjetivas e objetivas de análise e contribui para a construção de um conhecimento mais sólido, coerente e multifacetado sobre a relação entre o envolvimento parental e a eficácia das intervenções CAFAP.

6.3 Análise Integrada dos Resultados

A integração dos resultados qualitativos e quantitativos permite consolidar a compreensão da relação entre práticas parentais, envolvimento familiar e a eficácia da intervenção do CAFAP nestas famílias estudadas. A articulação entre a escala PSDQ e as

entrevistas confirma a existência, aqui, de um padrão comum: as famílias que apresentam maior participação nas sessões, maior abertura à mudança e maior aplicação das orientações técnicas são também aquelas cujos perfis educativos se aproximam do estilo parental autoritativo, tal como definido no modelo de Baumrind (1967) e posteriormente sistematizado por Maccoby e Martin (1983).

No quadro teórico, o estilo autoritativo caracteriza-se pela combinação de afeto, supervisão, exigência consistente e comunicação bidirecional, constituindo o padrão mais associado ao desenvolvimento equilibrado das crianças e à regulação positiva das interações familiares. Os resultados da escala refletem precisamente esta tendência: as médias mais elevadas surgem na dimensão autoritativa, enquanto as dimensões autoritária (controlo coercivo) e permissiva (ausência de limites) apresentam valores mais baixos. A convergência entre dados estatísticos e narrativos confirma a evolução das famílias no sentido de práticas educativas mais estruturadas, previsíveis e dialogadas.

Por outro lado, as famílias que apresentam oscilações mais visíveis entre estilos — com alternância entre controlo rígido e concessão emocional — são também as que, nas entrevistas, revelam maior instabilidade relacional, dificuldades na definição de limites ou menor adesão às estratégias propostas. Tal evidência reforça a ideia de que os estilos parentais não são apenas traços fixos, mas sim processos dinâmicos influenciados pelas condições de vida, pelo suporte emocional disponível e pela relação estabelecida com os técnicos.

A intervenção do CAFAP parece, assim, atuar como mediadora no movimento de transição de estilos parentais menos regulados (autoritários ou permissivos) para um padrão mais próximo da parentalidade positiva, isto é, uma prática educativa baseada no acolhimento, na estrutura, no respeito mútuo e na orientação construtiva (Conselho da Europa, 2006). O trabalho técnico — ao promover a escuta ativa, a reorganização de rotinas, a mediação de conflitos e o reforço de competências — contribui para essa mudança, confirmando o valor da capacitação parental como ferramenta de prevenção e proteção familiar.

Do ponto de vista interpretativo, os resultados integram-se ainda na perspetiva sistémica da intervenção familiar, segundo a qual a mudança é sempre relacional, gradual e coconstruída (Relvas, 2011). A eficácia observada não se deve apenas ao conteúdo das sessões, mas à qualidade da relação de acompanhamento: empatia, continuidade, corresponsabilização e vínculo técnico-família surgem como elementos determinantes — tal

como defendido por Carvalho (2016), que sublinha a importância do envolvimento emocional e da confiança enquanto motores de transformação.

Em síntese, a análise integrada confirma que:

- A continuidade da intervenção e a relação técnica de confiança são variáveis críticas na eficácia do trabalho da CAFAP.
- A mudança parental ocorre quando a família se apropria do processo e o converte em prática quotidiana.
- A figura 2 evidencia uma média superior na dimensão autoritativa, indicando que este é o estilo parental predominantemente identificado nas famílias avaliadas através da escala PSDQ.

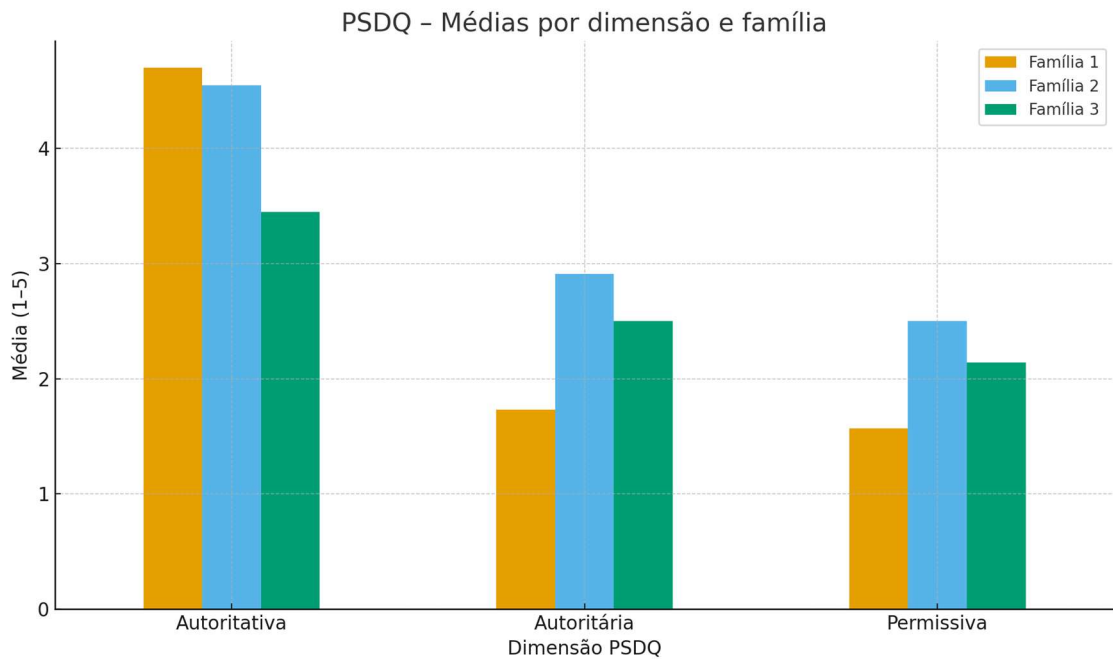


Figura 2 – Distribuição dos Estilos Parentais das Famílias Acompanhadas pelo CAFAP (PSDQ)

Assim, os dados comprovam que a intervenção CAFAP não atua apenas no nível comportamental, mas também nos níveis estrutural e relacional, favorecendo uma parentalidade mais consciente, dialogada e ajustada, em coerência com a teoria dos estilos parentais e com os princípios da parentalidade positiva.

O Envolvimento Parental e Relação com o CAFAP

O nível de envolvimento parental das famílias acompanhadas é, no geral, moderado a elevado, de acordo com as percepções recolhidas tanto nas entrevistas como nos questionários. A maioria das mães demonstra empenho e abertura à mudança, participando nas sessões de acompanhamento, nas reuniões de avaliação e nas atividades propostas pelo CAFAP.

As técnicas descrevem estas famílias como recetivas e colaborantes, ainda que, em alguns casos, o processo de adesão tenha sido gradual, condicionado por desconfiança inicial ou por experiências negativas anteriores com instituições. Com o tempo, porém, o vínculo de confiança com os técnicos e a clareza nas orientações favoreceram o aumento do envolvimento e a adoção de práticas parentais mais equilibradas.

Os dados sugerem que este envolvimento está intimamente ligado à percepção de eficácia da intervenção — quanto maior o grau de participação e corresponsabilização, mais evidentes são as melhorias observadas nas relações familiares, na comunicação e na estabilidade emocional dos filhos.

Em síntese, os participantes deste estudo representam dois universos interligados: o técnico-profissional e o familiar, ambos fundamentais para compreender o fenómeno do envolvimento parental na eficácia das intervenções CAFAP.

Do lado técnico, destaca-se uma equipa experiente, com sólida formação e uma visão integradora da intervenção familiar. Do lado das famílias, sobressaem a diversidade de contextos, a vulnerabilidade económica e a resiliência face às dificuldades, associadas a uma atitude positiva em relação ao acompanhamento.

A articulação entre estas duas dimensões — técnica e familiar — constitui o eixo central da investigação, permitindo compreender de que forma a qualidade da relação e o nível de participação influenciam os resultados alcançados e o sucesso das medidas de apoio parental.

6.4 Interpretação dos Resultados à Luz dos Objetivos

Os resultados obtidos respondem de forma clara aos objetivos e questões de investigação: confirma-se a existência de uma relação evidente entre o envolvimento parental e a eficácia das intervenções do CAFAP, sendo essa relação proporcional ao grau de participação, continuidade e corresponsabilização das famílias. As famílias que se

envolveram de forma ativa revelaram melhorias significativas na comunicação, na organização das rotinas e na gestão emocional, enquanto as menos participativas demonstraram progressos mais frágeis e inconsistentes. As técnicas entrevistadas reconhecem que o trabalho é mais eficaz quando existe continuidade, adesão e confiança — corroborando o que defendem Carvalho (2016) e Relvas (2011) quanto ao papel central da relação técnica na mudança familiar.

A articulação com os dados quantitativos reforça estas conclusões: as famílias que apresentaram médias mais elevadas no estilo parental autoritativo da escala PSDQ também foram as que, nas entrevistas, revelaram maior capacidade de diálogo, definição de regras estruturadas e aplicação prática das orientações do CAFAP. Por outro lado, os perfis parentais com maior oscilação entre práticas permissivas e autoritárias corresponderam a discursos marcados por instabilidade, resistência ou dificuldades na implementação das estratégias propostas. Estes resultados validam empiricamente o modelo teórico de Baumrind (1967) e Maccoby & Martin (1983), segundo o qual o estilo autoritativo — baseado em afeto, supervisão e exigência consistente — é o mais favorável ao desenvolvimento familiar.

A análise integrada mostrou, ainda, que os tipos de risco identificados — nomeadamente negligência, violência doméstica e instabilidade emocional — exigem respostas diferenciadas e sustentadas. O trabalho em equipa multidisciplinar, articulando psicologia, serviço social e educação social, demonstrou ser uma mais-valia, validando o modelo bioecológico de Bronfenbrenner (2005), que sublinha a interdependência entre a família, os serviços de apoio e o contexto social.

De forma global, os resultados mostram que o impacto das intervenções CAFAP não depende apenas das estratégias técnicas utilizadas, mas da relação triádica entre envolvimento parental, vínculo técnico e continuidade do acompanhamento, confirmando que a mudança familiar é simultaneamente comportamental, relacional e ecológica.

6.5 Conclusão da Triangulação

A triangulação dos dados qualitativos e quantitativos confirma a consistência interna dos resultados e reforça a credibilidade das conclusões deste estudo. A convergência entre as práticas parentais descritas nas entrevistas e os perfis obtidos através da escala PSDQ demonstra que as mudanças relatadas pelas famílias não são meramente percecionais, mas encontram correspondência em indicadores mensuráveis. De forma clara, as famílias que

verbalizam maior organização das rotinas, utilização de estratégias positivas e diálogo com os filhos são precisamente aquelas que apresentam médias mais elevadas no estilo autoritativo da escala, enquanto os perfis mais instáveis correspondem a discursos marcados por maior oscilação educativa e menor adesão ao acompanhamento.

Este cruzamento empírico confirma que a eficácia da intervenção CAFAP depende menos da natureza técnica das metodologias utilizadas e mais da articulação entre três dimensões fundamentais: o envolvimento parental, a qualidade da relação estabelecida com os profissionais e a continuidade do acompanhamento. Tal como defendido por Flick (2005), a triangulação permite validar interpretações através da comparação de diferentes fontes de dados, evitando a dependência exclusiva de um único método e ampliando a robustez analítica do estudo. No presente caso, a coerência observada entre entrevistas, escala e enquadramento teórico evidencia que os efeitos identificados não resultam de percepções isoladas, mas emergem de um processo de validação cruzada entre indicadores estatísticos, narrativas familiares e pressupostos teórico-metodológicos.

Assim, a triangulação confirma que a parentalidade positiva — quando acompanhada de participação ativa, capacitação técnica e suporte continuado — produz resultados observáveis tanto na dimensão subjetiva das famílias como nos indicadores objetivos de prática educativa. Esta conclusão reforça a importância de abordagens integradas na intervenção social, bem como a necessidade de compreender o envolvimento parental como elemento central para a eficácia das respostas CAFAP.

6.6. Principais Conclusões do estudo em Síntese:

O envolvimento parental é fator determinante para a eficácia das intervenções CAFAP nestas famílias.

As famílias que demonstraram maior participação ativa, abertura à mudança e aplicação das orientações técnicas no quotidiano foram as que registaram mudanças mais consistentes e duradouras na dinâmica familiar.

Os dados revelam que os resultados da intervenção não dependem apenas da aplicação de metodologias estruturadas, mas sobretudo da forma como os cuidadores aderem às orientações, participam nas atividades propostas e integram as estratégias no quotidiano familiar. As famílias com maior envolvimento apresentaram melhorias visíveis na organização do lar, na gestão de comportamentos e na qualidade da comunicação com os

filhos. Em contrapartida, as situações em que a colaboração foi parcial ou condicionada por resistência mostraram progressos menos consistentes.

Excertos das entrevistas:

- EF2: "Aprendi maneiras para lidar com as crianças, impondo regras (...) ninguém nasce ensinado."
- EF4: "Às vezes não consigo, mas vou tentando e perguntando como posso fazer melhor."

A qualidade da relação técnico-família aparece como potencial mediadora central do processo de mudança

O vínculo de confiança, empatia e ausência de julgamento estabelecido entre técnicos e famílias parece constituir um elemento facilitador da adesão e da consolidação dos resultados da intervenção.

As técnicas entrevistadas destacaram a importância da escuta ativa, da empatia e da ausência de julgamento como elementos estruturantes da sua prática. Esta percepção é confirmada pelas famílias, que descrevem os profissionais do CAFAP como "presentes", "compreensivos" e "acessíveis". A confiança estabelecida funciona como mediador emocional e pedagógico no processo de mudança, tal como preconizado pelo modelo de parentalidade positiva do Conselho da Europa (2006).

Excertos das entrevistas:

- EF5: "Fazem de tudo para que a pessoa se sinta acolhida."
- EF6: "Se preciso de alguma coisa... elas estão sempre dispostas para mim (...) são como uma família."
- EF2: "São muito simpáticas e acessíveis."

A continuidade temporal da intervenção parece potenciar resultados mais sustentáveis

As famílias que beneficiaram de acompanhamento mais prolongado identificaram melhorias mais consolidadas, evidenciando que o desenvolvimento de competências parentais requer tempo para a aprendizagem, a interiorização e a estabilização de comportamentos.

Os dados demonstram que a eficácia da intervenção é proporcional à sua duração e continuidade, permitindo a interiorização progressiva de competências parentais e a prevenção de recaídas. Esta evidência está alinhada com as orientações da DGSS (2019),

que defendem intervenções prolongadas. As famílias com acompanhamento mais curto ou interrompido revelaram mudanças mais instáveis e dependentes da ação técnica.

Excertos das entrevistas:

- EF6: "Sou acompanhada há sete ou oito anos (...) continuam a proteger a minha filha conforme estavam a proteger."
- EF1: "Aprendi bons princípios e novas técnicas."

O estilo parental autoritativo aparenta estar associado a maior eficácia da intervenção

A triangulação entre os dados da escala PSDQ e as entrevistas confirma que, entre as famílias do estudo, aquelas com práticas parentais mais próximas do estilo autoritativo (democrático) — baseado no afeto, no diálogo e em disciplina consistente — são as que revelam maior capacidade de mudança e resultados mais positivos.

As famílias que apresentaram médias mais elevadas na dimensão autoritativa da escala PSDQ foram também aquelas que, nas entrevistas, verbalizaram maior estrutura, supervisão e comunicação positiva. Os perfis com maior oscilação entre permissividade e controlo coercivo corresponderam a discursos marcados por instabilidade na organização das rotinas e dificuldade em manter práticas educativas estáveis. Este padrão valida empiricamente o modelo teórico de Baumrind (1967) e Maccoby & Martin (1983).

Excertos das entrevistas:

- EF2: "A casa ficou mais calma."
- EF4: "Às vezes consigo, outras vezes volto atrás (...) veem mais o que eu faço de mal do que o que eu faço de bem."

O CAFAP indica-se poder ser percecionado como espaço de mediação, aprendizagem e reconstrução familiar

O CAFAP é percecionado pelas famílias não apenas como apoio técnico para a resolução de problemas imediatos, mas também como espaço de escuta, partilha e reconstrução de relações familiares, promovendo simultaneamente proteção, capacitação e empowerment.

Para várias mães entrevistadas, o CAFAP representou um ponto de viragem nas suas vidas, permitindo-lhes melhorar a relação com os filhos e reorganizar a dinâmica familiar. As participantes referem ter aprendido estratégias práticas — como tabelas de regras ou rotinas —, mas sublinham sobretudo a mudança na forma de pensar, passando a dar mais

valor ao diálogo e à paciência. Esta perspectiva confirma o papel dos CAFAP como estruturas promotoras de parentalidade positiva, conforme preconizado na Portaria n.º 139/2013.

Excertos das entrevistas:

- EF5: "Fizeram de tudo para que as visitas fossem produtivas (...) fizeram de tudo para que a pessoa se sinta acolhida."
- EF6: "São como uma família (...) estão sempre dispostas para mim."

Reflexão e Considerações finais

O presente estudo teve como objetivo compreender a relação entre o envolvimento parental e a eficácia das intervenções realizadas nos Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP), partindo do princípio de que o sucesso do trabalho com as famílias depende, em grande medida, da qualidade da relação técnico–família e do grau de corresponsabilização alcançado ao longo do processo. A análise teórica e empírica permitiu confirmar que o envolvimento parental é um fator determinante para a mudança familiar, não apenas ao nível das práticas educativas, mas também na reconstrução da confiança, da autoestima e da competência parental.

Os resultados demonstraram que as famílias que revelaram maior abertura ao acompanhamento, maior participação ativa e maior disponibilidade para refletir sobre as suas práticas foram também as que registaram mudanças mais consistentes na dinâmica relacional e na organização da vida quotidiana. Este dado confirma a relevância atribuída na literatura à cooperação, à empatia e ao vínculo profissional como pilares essenciais da intervenção familiar (Carvalho, 2016; Relvas, 2011; Rodrigo, Máiquez & Martín, 2010).

A investigação evidenciou igualmente que o papel dos CAFAP ultrapassa a mera resolução de problemas imediatos: estas estruturas afirmam-se como espaços de mediação, aprendizagem e reconstrução, onde se promove a parentalidade positiva, o empowerment familiar e a preservação dos vínculos afetivos (DGSS, 2019; Saleebey, 2006). Quando a intervenção respeita o ritmo, a história e a vulnerabilidade das famílias, e quando decorre num clima de confiança mútua, esta torna-se mais eficaz, mais humana e mais significativa.

Os resultados obtidos permitem identificar um padrão potencial, preposicionado inicialmente neste estudo, onde os resultados, ainda que não generalizáveis, reforçam a evidência de uma potencial relação direta, e significativa, entre o envolvimento parental e a eficácia das intervenções CAFAP. Essa relação parece, ademais, manifestar-se com intensidades distintas, consoante o grau de participação, de continuidade e de corresponsabilização assumidos pelas famílias. As evidências qualitativas e quantitativas, trianguladas, demonstraram que intervenções mais próximas, colaborativas e prolongadas no tempo tendem a gerar maior compromisso e mudanças mais sustentadas, enquanto contextos de resistência, baixa adesão ou interrupção do acompanhamento se traduzem em resultados mais frágeis, pelo menos nestas famílias. Assim, a investigação parece confirmar

que a eficácia da intervenção social é indissociável do envolvimento parental e do modo como a família é reconhecida como agente ativo do processo, e não como recetora passiva de medidas.

A triangulação metodológica, obtida pela articulação entre as entrevistas e a aplicação da escala PSDQ, permitiu reforçar a consistência dos resultados e validar as interpretações construídas. As famílias em estudo que apresentaram médias mais elevadas na dimensão autoritativa da escala — prática educativa caracterizada por afeto, supervisão, diálogo e definição clara de regras — também foram aquelas que, nas entrevistas, revelaram maior estabilidade, capacidade de negociação e apropriação das orientações técnicas. Em contrapartida, as famílias com médias mais baixas ou menos consistentes demonstraram, no discurso, maior oscilação entre permissividade e controlo coercivo, fragilidade na organização das rotinas e dificuldade em manter práticas educativas estáveis. Os resultados quantitativos confirmam, assim, empiricamente, as tendências já identificadas nos dados qualitativos, validando o modelo teórico proposto por Baumrind (1967) e desenvolvido por Maccoby e Martin (1983), segundo o qual o estilo parental autoritativo se revela o mais favorável ao desenvolvimento familiar.

Tal como defende Flick (2005), a triangulação entre métodos constitui uma estratégia essencial para reforçar a credibilidade das conclusões, evitando a dependência de um único tipo de dado e ampliando a compreensão do fenómeno. Neste estudo, o cruzamento entre resultados estatísticos, narrativas familiares e fundamentos teóricos demonstrou que a parentalidade positiva não se reduz a uma orientação normativa, mas traduz-se num processo observável quando há acompanhamento técnico consistente, corresponsabilização parental e uma relação de confiança entre técnicos e famílias.

O estudo contribui para reforçar empiricamente - ainda que sem generalização estatística, mas com análise robusta, contextualizada e dotando de voz os seus principais agentes - sobre importância do envolvimento parental como condição de eficácia das intervenções CAFAP e para validar, por meio de dados qualitativos e quantitativos, o impacto da parentalidade autoritária na melhoria das interações familiares. Evidencia-se, ainda, o reforço do valor do modelo de intervenção multidisciplinar e relacional que caracteriza os CAFAP, produzindo conhecimento aplicado sobre práticas de apoio a famílias em situação de vulnerabilidade, especialmente em territórios de baixa densidade populacional. Para além disso, demonstrase a pertinência da triangulação metodológica em estudos de intervenção social, ao integrar

diferentes dimensões da realidade e proporcionar uma leitura mais completa e coerente do fenómeno, bem como a mais-valia da participação e da voz dos atores sociais principais.

Entre as principais limitações do estudo, destacam-se a dimensão reduzida do grupo de participantes, que impossibilita generalizações de carácter estatístico, e a natureza autorrelatadas dos dados, sujeita a perceções individuais e a possíveis enviesamentos contextualizados e/ou pessoalizados. Também o facto de a recolha ter decorrido num único território, o concelho de Bragança, confere especificidade sociocultural aos resultados, o que pode limitar a sua extrapolação. Adicionalmente, registaram-se algumas respostas parciais na escala PSDQ, ainda que devidamente controladas na fase de análise. Apesar destas limitações, a profundidade dos dados recolhidos permitiu uma interpretação sólida e coerente, em consonância com o que referem Flick (2018) e Creswell (2014) quanto ao valor interpretativo dos estudos qualitativos.

O trabalho também apresenta um conjunto de potencialidades relevantes. A integração das perspetivas de técnicos e famílias permitiu uma leitura bidimensional da intervenção, promovendo uma análise mais equilibrada e humana. O estudo contribui para colmatar a escassez de investigação científica sobre os CAFAP em Portugal, valoriza a experiência subjetiva das famílias, sem descurar a objetividade dos dados quantitativos, e reforça a parentalidade positiva como eixo estratégico da intervenção social. Além disso, demonstra a importância da intervenção relacional e contextualizada em territórios de menor densidade populacional, sublinhando o papel da proximidade e da empatia como elementos centrais da mudança.

Para investigações futuras, recomenda-se alargar o estudo a outros contextos territoriais e socioculturais, de modo a comparar dinâmicas entre zonas rurais e urbanas, bem como realizar estudos longitudinais que permitam avaliar a sustentabilidade das mudanças familiares após o término do acompanhamento CAFAP. Sugere-se também a inclusão da perspetiva das crianças e jovens, frequentemente ausente nas investigações centradas na parentalidade, de forma a compreender o impacto das práticas parentais nas suas trajetórias de vida. Seria igualmente relevante desenvolver estudos comparativos entre diferentes modelos de intervenção familiar e investir na formação contínua dos profissionais CAFAP, nomeadamente nas áreas da mediação, da comunicação empática e da avaliação de impacto, consolidando práticas baseadas em evidências e orientadas para a eficácia relacional.

Este estudo confirma que a intervenção social eficaz é, antes de tudo, uma prática relacional. O envolvimento parental emerge como condição fundamental para a mudança, e

os CAFAP afirmam-se como respostas sociais de proximidade que promovem, simultaneamente, proteção, capacitação e reconstrução. Reconhecer a família como parceira ativa, e não como destinatária passiva da intervenção, constitui uma orientação ética e política que reforça a dignidade, a autonomia e o poder transformador das relações humanas.

Mais do que encerrar um percurso académico, esta investigação reafirma a convicção de que a mudança nasce do encontro entre conhecimento, escuta e cuidado, e que a intervenção social — quando construída com empatia, rigor e corresponsabilidade — pode transformar vulnerabilidade em possibilidade.

Referências Bibliográficas

- Abreu, L. (2000). Crianças Expostas E Ilegítimas Nas Cidades Portuguesas do Século Xviii. In M. A. Lopes (Ed.), *Saúde no Brasil e em Portugal: Tradições e modernidades* (pp. 123–156). Editora Fiocruz.
- Ainsworth, M. D. S. (1989). Attachments Beyond Infancy. *American Psychologist*, 44(4), 709–716. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.44.4.709>
- Alberto, I. M. (2004). Como Pássaros Em Gaiolas? Reflexões Em Torno da Institucionalização de Menores Em Risco. In C. Machado & R. A. Gonçalves (Eds.), *Violência e vítimas de crimes: Vol. 2. Crianças* (pp. 89–112). Quarteto.
- Almeida, A. N. (2005). *Famílias E Valores: Mudanças E Continuidades*. ICS.
- Alves, M. (2013). *Família E Ruralidade No Nordeste Transmontano: Permanências E Mudanças*. Apenas Livros.
- Bandura, A. (1977). *Social Learning Theory*. Prentice Hall.
- Bandura, A. (1997). *Self-efficacy: the Exercise of Control*. W. H. Freeman.
- Barlow, J., & Stewart-Brown, S. (2000). Behavior Problems and Group-based Parent Education Programs. *Journal of Developmental and Behavioral Pediatrics*, 21(5), 356–370. <https://doi.org/10.1097/00004703-200010000-00007>
- Barlow, J., Smailagic, N., Huband, N., Roloff, V., & Bennett, C. (2010). Group-based Parent Training Programmes for Improving Parental Psychosocial Health. *Cochrane Database of Systematic Reviews*, 6, CD002020. <https://doi.org/10.1002/14651858.CD002020.pub3>
- Barth, R. P., Courtney, M., Berrick, J. D., & Albert, V. (1994). *From Child Abuse To Permanency Planning: Child Welfare Services Pathways and Placements*. Aldine de Gruyter.
- Barth, R. P., Landsverk, J., Chamberlain, P., Reid, J. B., Rolls, J. A., Hurlburt, M. S., Farmer, E. M. Z., James, S., McCabe, K. M., & Kohl, P. L. (2005). Parent-training Programs in Child Welfare Services: Planning for a More Evidence-based Approach To Serving Biological Parents. *Research on Social Work Practice*, 15(5), 353–371. <https://doi.org/10.1177/1049731505275325>
- Baumrind, D. (1967). Child Care Practices Anteceding Three Patterns of Preschool Behavior. *Genetic Psychology Monographs*, 75(1), 43–88.
- Baumrind, D. (1991). The Influence of Parenting Style on Adolescent Competence and Substance Use. *Journal of Early Adolescence*, 11(1), 56–95. <https://doi.org/10.1177/0272431691111004>
- Belsky, J. (1984). The Determinants of Parenting: a Process Model. *Child Development*, 55(1), 83–96. <https://doi.org/10.2307/1129836>
- Belsky, J., & Jaffee, S. R. (2006). The Multiple Determinants of Parenting. In D. Cicchetti & D. J. Cohen (Eds.), *Developmental psychopathology: Vol. 3. Risk, disorder, and adaptation* (2nd ed., pp. 38–85). Wiley.
- Berry, M. (1992). An Evaluation of Family Preservation Services: Fitting Agency Services To Family Needs. *Social Work*, 37(4), 314–321. <https://doi.org/10.1093/sw/37.4.314>

- Boddy, J., Statham, J., Smith, M., Ghate, D., Wigfall, V., & Hauari, H. (2009). *International Perspectives on Parenting Support: Non-english Language Sources*. Department for Children, Schools and Families / Thomas Coram Research Unit.
- Bowlby, J. (1988). *A Secure Base: Parent-child Attachment and Healthy Human Development*. Basic Books.
- Bowen, M. (1978). *Family Therapy in Clinical Practice*. Jason Aronson.
- Bronfenbrenner, U. (2005). *Making Human Beings Human: Bioecological Perspectives on Human Development*. Sage Publications.
- Calheiros, M. M., Garrido, M. V., Lopes, D., & Patrício, J. N. (2018). *Programa de Intervenção Familiar Em Risco Psicossocial: Avaliação de Eficácia*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Canário, R. (2008). *Educação Social: Fundamentos E Práticas*. Porto Editora.
- Carvalho, M. (2016). *Intervenção Familiar E Parentalidade Positiva: Estratégias E Desafios No Contexto Social*. Pactor.
- Comissão para a Reforma do Sistema de Proteção de Menores. (1997). *Relatório da Comissão Para a Reforma do Sistema de Proteção de Menores*. Ministério da Justiça / Ministério do Trabalho e da Solidariedade.
- Conselho da Europa. (2006). *Recomendação Rec(2006)19 do Comité de Ministros Aos Estados-membros Sobre Políticas de Apoio À Parentalidade Positiva*. Conselho da Europa.
- Constituição da República Portuguesa. (1976/2005). *Vii Revisão Constitucional*. Assembleia da República. <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>
- Costa, R. (2017). *Vozes das Famílias: Experiências E Perspetivas Sobre Acompanhamento Em CAFAP [dissertação de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa]*. Repositório UCP.
- Creswell, J. W. (2014). *Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches (4th Ed.)*. Sage Publications.
- Darling, N., & Steinberg, L. (1993). Parenting Style As Context: an Integrative Model. *Psychological Bulletin*, 113(3), 487–496.
- Delgado, P. (2006). *Os Direitos da Criança: da Participação À Responsabilidade*. Profedições.
- Delgado, P. (2020). *Proteção de Crianças E Jovens Em Perigo Em Portugal: Desafios Atuais*. In M. Calheiros & M. V. Garrido (Eds.), *Crianças em risco e perigo: Contextos, investigação e intervenção (Vol. 4, pp. 123–167)*. Edições Sílabo.
- Detrick, S. (1999). *A Commentary on the United Nations Convention on the Rights of the Child*. Martinus Nijhoff Publishers.
- Direção-Geral da Segurança Social [DGSS]. (2019). *Guia Prático: Centro de Apoio Familiar E Aconselhamento Parental*. ISS, I.P.
- Eckenrode, J., Campa, M. I., Morris, P. A., Henderson, C. R., Bolger, K. E., Kitzman, H., & Olds, D. L. (2017). *The Prevention of Child Maltreatment Through the Nurse Family*

- Partnership Program: Mediating Effects in a Long-term Follow-up Study. *Child Maltreatment*, 22(2), 92–99. <https://doi.org/10.1177/1077559516685185>
- Flick, U. (2018). *An Introduction To Qualitative Research* (6th Ed.). Sage Publications.
- Fonseca, A. C. (2004). *Crianças E Jovens Em Risco: Contributos Para a Organização de Critérios de Avaliação de Fatores de Risco*. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Gomby, D. S. (2005). *Home Visitation in 2005: Outcomes for Children and Parents*. Committee for Economic Development.
- Guerra, M. P. (1998). *Do Silêncio À (re)invenção: Histórias de Vida de Crianças Institucionalizadas* [dissertação de Mestrado, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto.
- Guerra, P. (2002). Os CAFAP No Sistema de Promoção E Proteção: Primeiros Anos de Implementação. *Infância e Juventude*, 2(3), 145–234.
- Guerra, P. (2016). *Mediação Social E Intervenção Comunitária*. Edições Sílabo.
- Hoghugh, M. (2004). Parenting: an Introduction. In M. Hoghugh & N. Long (Eds.), *Handbook of parenting: Theory and research for practice* (pp. 1–18). Sage Publications.
- Hoghugh, M., & Long, N. (Eds.). (2004). *Handbook of parenting: Theory and research for practice*. Sage Publications.
- Hurlburt, M. S., Nguyen, K., Reid, J., Webster-Stratton, C., & Zhang, J. (2013). Efficacy of the Incredible Years Group Parent Program With Families in Head Start Who Self-reported a History of Child Maltreatment. *Child Abuse & Neglect*, 37(8), 531–543. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2012.10.008>
- Instituto Nacional de Estatística [INE]. (2021). *Censos 2021: Resultados Definitivos*. INE. <https://www.ine.pt>
- Karoly, L. A., Kilburn, M. R., & Cannon, J. S. (2005). *Early Childhood Interventions: Proven Results, Future Promise*. RAND Corporation.
- Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. (1999). *Lei de Proteção de Crianças E Jovens Em Perigo*. *Diário da República, I Série-A*, n.º 204, 6115–6132.
- Lindsey, D., Martin, S., & Doh, J. (2001). The Failure of Intensive Casework Services To Reduce Foster Care Placements: an Examination of Family Preservation Studies. *Children and Youth Services Review*, 24(9–10), 743–775. [https://doi.org/10.1016/S0190-7409\(02\)00234-8](https://doi.org/10.1016/S0190-7409(02)00234-8)
- Lopes, D. (2020). *Articulação Interinstitucional Na Proteção À Infância: O Papel dos CAFAP* [dissertação de Mestrado, Iscte-iul]. Repositório ISCTE. <http://hdl.handle.net/10400.12/7623>
- Lopes, R. (2019). *Mediação Social: Caminhos, Princípios E Práticas*. Pactor.
- Maccoby, E. E., & Martin, J. A. (1983). Socialization in the Context of the Family: Parent–child Interaction. In P. H. Mussen (Ed.), *Handbook of child psychology* (Vol. 4, pp. 1–101). Wiley.
- Martins, P. C. (2004). *Proteção de Crianças E Jovens Em Itinerários de Risco: Representações Sociais, Modos E Espaços* [tese de Doutoramento, Universidade do Minho]. RepositóriUM. <http://hdl.handle.net/1822/3193>

- Menting, A. T. A., Orobio de Castro, B., & Matthys, W. (2013). Effectiveness of the Incredible Years Parent Training To Modify Disruptive and Prosocial Child Behavior: a Meta-analytic Review. *Clinical Psychology Review*, 33(8), 901–913. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2013.07.006>
- Minuchin, S. (1974). *Families and Family Therapy*. Harvard University Press.
- Nações Unidas. (1989). *Convenção Sobre Os Direitos da Criança*. Assembleia Geral das Nações Unidas. <https://www.unicef.org/child-rights-convention>
- Novo, R., Pedroso de Lima, C., & Prada, A. (2024). Mediação Municipal E Intercultural: O Que Nos Dizem Os Técnicos. In R. Vieira, J. C. Marques, P. Silva, A. M. Vieira, C. Margarido, R. Santos, & F. Magalhães (Orgs.), *Redes e parcerias em territórios e municípios: Mediação intercultural e intervenção social* (pp. 105–114). Edições Afrontamento.
- Nowak, C., & Heinrichs, N. (2008). A Comprehensive Meta-analysis of Triple P—positive Parenting Program Using Hierarchical Linear Modeling: Effectiveness and Moderating Variables. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 11(3), 114–144. <https://doi.org/10.1007/s10567-008-0033-0>
- Olds, D. L. (2006). The Nurse-family Partnership: an Evidence-based Preventive Intervention. *Infant Mental Health Journal*, 27(1), 5–25. <https://doi.org/10.1002/imhj.20077>
- Olds, D. L., Kitzman, H., Hanks, C., Cole, R., Anson, E., Sidora-Arcoleo, K., Luckey, D. W., Henderson, C. R., Holmberg, J., Tutt, R. A., Stevenson, A. J., & Bondy, J. (2007). Effects of Nurse Home Visiting on Maternal and Child Functioning: Age-9 Follow-up of a Randomized Trial. *Pediatrics*, 120(4), e832–e845. <https://doi.org/10.1542/peds.2006-2111>
- Olds, D. L., Robinson, J., Pettitt, L., Luckey, D. W., Holmberg, J., Ng, R. K., Isacks, K., Sheff, K., & Henderson, C. R. (2004). Effects of Home Visits By Paraprofessionals and By Nurses: Age 4 Follow-up Results of a Randomized Trial. *Pediatrics*, 114(6), 1560–1568. <https://doi.org/10.1542/peds.2004-0961>
- Pecora, P. J., Fraser, M. W., Nelson, K. E., McCroskey, J., & Meezan, W. (2000). *Evaluating Family-based Services*. Aldine de Gruyter.
- Pedro, M. F., Carapito, E., & Ribeiro, T. (2015). Parenting Styles and Dimensions Questionnaire – versão portuguesa de autorrelato. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(2), 302-312. <https://doi.org/10.1590/1678-7153.201528210>
- Pereira, F. (2018). *Serviços Sociais Em Territórios de Baixa Densidade: Desafios E Estratégias No Interior Norte* [tese de Doutoramento, Universidade de Trás-os-montes E Alto Douro]. Repositório UTAD.
- Portugal. (1998). Portaria N.º 120/98, de 13 de Março. Cria os Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental. *Diário da República, I Série-B, n.º 61*, 1060–1062.
- Portugal. (2013). Portaria N.º 139/2013, de 2 de Abril. Regula as condições de organização, funcionamento e instalação dos Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental. *Diário da República, 1.ª série, n.º 65*, 1982–1989. <https://dre.pt/dre/detalhe/portaria/139-2013-2492938>
- Relvas, A. P. (2011). *O Ciclo Vital da Família: Perspetiva Sistémica*. Almedina.

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 112/2020, de 16 de dezembro. (2020). Estratégia Nacional Para Os Direitos da Criança 2021–2024. Diário da República, 1.ª série, n.º 244, 22–40.
- Robinson, C. C., Mandleco, B., Olsen, S. F., & Hart, C. H. (1995). Authoritative, Authoritarian, and Permissive Parenting Practices: Development of a New Measure. *Psychological Reports*, 77(3), 819–830.
- Robling, M., Bekkers, M. J., Bell, K., Butler, C. C., Cannings-John, R., Channon, S., Martin, B. C., Gregory, J. W., Hood, K., Kemp, A., Kenkre, J., Montgomery, A. A., Moody, G., Owen-Jones, E., Pickett, K., Richardson, G., Roberts, Z. E. S., Ronaldson, S., Sanders, J., ... Torgerson, D. (2016). Effectiveness of a Nurse-led Intensive Home-visitation Programme for First-time Teenage Mothers (building Blocks): a Pragmatic Randomised Controlled Trial. *The Lancet*, 387(10014), 146–155. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(15\)00392-X](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(15)00392-X)
- Rodrigo, M. J., Máiquez, M. L., & Martín, J. C. (2008). Parentalidad Positiva Y Políticas Locales de Apoyo a Las Familias: Orientaciones Para Favorecer El Ejercicio de Las Responsabilidades Parentales Desde Las Corporaciones Locales. Ministerio de Trabajo y Asuntos Sociales / Federación Española de Municipios y Provincias.
- Rodrigo, M. J., Máiquez, M. L., & Martín, J. C. (2010). Parentalidad Positiva Y Políticas Familiares En Europa. Ministerio de Sanidad, Política Social e Igualdad.
- Rutter, M. (1981). *Maternal Deprivation Reassessed* (2nd Ed.). Penguin Books.
- Sá, I. G. (1995). Quando O Rico Se Faz Pobre: Misericórdias, Caridade E Poder No Império Português (1500–1800). Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Saleebey, D. (2006). *The Strengths Perspective in Social Work Practice* (4th Ed.). Pearson.
- Santos, L. (2021). *Intervenção Familiar Em Contexto Rural Transmontano: Desafios E Adaptações dos CAFAP* [dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Bragança]. Repositório IPB. <http://hdl.handle.net/10198/24567>
- Schuerman, J. R., Rzepnicki, T. L., & Littell, J. H. (1994). *Putting Families First: an Experiment in Family Preservation*. Aldine de Gruyter.
- Silva, A. M. (2016). *Trajetórias de Mudança Em Famílias Acompanhadas Por CAFAP: Estudo Longitudinal Qualitativo* [tese de Doutoramento, Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto.
- Silva, P. (2010). *Educação Social: Caminhos de Intervenção E Inclusão*. Pactor.
- Silva, R., & Cardoso, J. (2017). *Família E Tecnologias Digitais: Desafios da Parentalidade Contemporânea*. Universidade Aberta.
- Soares, I. (1987). Consequências da Privação Materna: Revisão da Literatura. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 3, 156–189.
- Soares, N. F. (1996). *Direitos da Criança: Utopia Ou Realidade?* [dissertação de Mestrado, Universidade do Minho]. RepositóriUM.
- Sousa, M., Ribeiro, I., & Gonçalves, L. (2020). *Apoio Parental E Desenvolvimento Infantil: Intervenções CAFAP E Práticas de Capacitação Familiar*. Universidade Católica Editora.

- Sweet, M. A., & Appelbaum, M. I. (2004). Is Home Visiting an Effective Strategy? a Meta-analytic Review of Home Visiting Programs for Families With Young Children. *Child Development*, 75(5), 1435–1456. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.2004.00750.x>
- Tizard, B., & Hodges, J. (1978). The Effect of Early Institutional Rearing on the Development of Eight-year-old Children. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 19(2), 99–118. <https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.1978.tb00453.x>
- Tomé, M. R. (2011). *A Criança Maltratada: do Passado Ao Presente – Contributo Para a História da Proteção da Infância Em Portugal* [tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa]. Repositório UL.
- Ventura, C. (2016). *Gestão de Processos de Prevenção Em CAFAP: Práticas E Desafios* [dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Sociais E Políticas]. Repositório ULisboa.
- Wall, K. (2007). *Famílias Em Portugal: Mudanças E Desigualdades*. ICS.
- Wall, K. (2015). *Família E Mudança Social Em Portugal*. ICS.

Anexos

Anexo 1 - Guião de Entrevista Aplicado às Técnicas do CAFAP

Tema: Análise do envolvimento parental na eficácia das intervenções dos CAFAP em famílias de crianças e jovens em risco no concelho de Bragança

Objetivos:

Objetivo geral: Compreender o impacto do envolvimento parental na eficácia das intervenções em famílias sinalizadas de risco e/ou perigo no âmbito dos CAFAP.

Objetivos específicos:

- Perceber quais os tipos de parentalidade presentes nas famílias participantes;
- Explorar quais os diferentes tipos de risco e perigo e qual o critério de sinalização dos participantes;
- Identificar o tipo e o nível de envolvimento parental em cada participante;
- Identificar o tipo de intervenção realizada em cada participante;
- Analisar os dados recolhidos e concluir sobre a relação (ou não) com a eficácia das intervenções (por tipos e níveis);
- Analisar as perceções dos técnicos relativamente à eficácia do Sistema de Promoção e Proteção, dos CAFAP e da sua própria intervenção, bem como do envolvimento das famílias;
- Analisar as perceções das famílias participantes quanto ao seu envolvimento, à intervenção que lhes é proposta e quanto à eficácia do Sistema de Promoção e Proteção, dos CAFAP

TEMA: ANÁLISE DO ENVOLVIMENTO PARENTAL NA EFICÁCIA DAS INTERVENÇÕES DOS CAFAP EM FAMÍLIAS DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO NO CONCELHO DE BRAGANÇA

Âmbito: Mestrado em Educação Social e Intervenção ao Longo da Vida

Entrevistado: Técnico CAFAP

Data e Local :

Duração aproximada:

Objetivo Geral: Compreender o impacto do envolvimento parental na eficácia das intervenções em famílias sinalizadas de risco e/ou perigo no âmbito do CAFAP.

Conhecer a opinião do entrevistado sobre a intervenção da instituição

- Conhecer a opinião do entrevistado sobre a metodologia utilizada na instituição onde trabalha;
- Identificar as evoluções e desafios do CAFAP para com as famílias sinalizadas de risco e/ou perigo;

- Com quantos casos trabalha o CAFAP atualmente?
- Quais são os diferentes tipos de risco e perigo e qual o critério de sinalização das famílias sinalizadas?
- Qual a sua opinião acerca das intervenções realizadas nesta instituição?
- Quais considera serem os maiores desafios que as famílias com quem trabalha apresentam?
- Consoante a sua experiência profissional, que fatores facilitam ou dificultam a intervenção em famílias sinalizadas?
- Que recursos/apoios considera que deveriam existir para prestar um maior apoio a este tipo de famílias?

**E
Conhecer as práticas desenvolvidas tendo em vista a promoção das famílias sinalizadas de risco e/ou perigo**

- Identificar o tipo de apoio e colaboração existe para cada família;
- Identificar o tipo de apoio e colaboração existe para os pais;
- Identificar o tipo de apoio e colaboração existe para os filhos;
- Identificar quais as práticas utilizadas no trabalho realizado com as famílias;
- Perceber que barreiras existem na comunicação entre as famílias e os técnicos;
- Perceber qual a opinião dos técnicos sobre a intervenção realizada.

- Cada família é avaliada individualmente e é definida uma estratégia consoante as suas problemáticas ou existe algum tipo de plano ou prática pré-definido para as famílias sinalizadas? Se sim, qual?
- Qual a participação dos pais na intervenção?
- Qual a participação dos filhos na intervenção?
- Elaboram algum tipo de atividade, plano ou estratégia que seja apenas direcionada para os pais?
- Elaboram algum tipo de atividade, plano ou estratégia que seja apenas direcionada para os filhos?

- Quando a família se mostra pouco receptiva ou mais resistente às estratégias que tentam implementar qual a sua atitude?
- Que dificuldades encontra na comunicação com as famílias?
- Em que situações/atividades considera ser mais fácil a colaboração da família?
- Tendo em conta a sua experiência profissional com famílias sinalizadas, em que situações considera que esta intervenção foi eficaz?
- Na sua opinião, a eficácia da intervenção passa pela ausência de uma medida por parte do tribunal?

F
Conceções e práticas sobre a existência de uma equipa multidisciplinar

- Clarificar o conceito de equipa multidisciplinar.
- Perceber o funcionamento da equipa multidisciplinar;
- Perceber qual a importância que o técnico considera que a equipa multidisciplinar tem.
- Qual considera ser a importância de ter uma equipa multidisciplinar a trabalhar num CAFAP?
- Qual a sua opinião sobre ter uma equipa multidisciplinar a trabalhar nos casos de parentalidade?
- Na sua opinião como deveria trabalhar uma equipa multidisciplinar?
- Qual o tipo de articulação desta equipa na evolução e desafios apresentados por parte das famílias?

G
Reflexões finais

- Sente que o CAFAP consegue dar resposta às necessidades das famílias sinalizadas?
- Na sua opinião, quais são as alterações que deveriam ser feitas a nível institucional para proporcionar um melhor apoio a estas famílias?

Anexo 2 - Guião de Entrevista Aplicado às Famílias Acompanhadas pelo CAFAP

Tema: Análise do envolvimento parental na eficácia das intervenções dos CAFAP em famílias de crianças e jovens em risco no concelho de Bragança

Objetivos:

Objetivo geral: Compreender o impacto do envolvimento parental na eficácia das intervenções em famílias sinalizadas de risco e/ou perigo no âmbito dos cafap.

Objetivos específicos:

- Perceber quais os tipos de parentalidade presentes nas famílias participantes;
- Explorar quais os diferentes tipos de risco e perigo e qual o critério de sinalização dos participantes;
- Identificar o tipo e o nível de envolvimento parental em cada participante;
- Identificar o tipo de intervenção realizada em cada participante;
- Analisar os dados recolhidos e concluir sobre a relação (ou não) com a eficácia das intervenções (por tipos e níveis);
- Analisar as perceções dos técnicos relativamente à eficácia do Sistema de Promoção e Proteção, dos CAFAP e da sua própria intervenção, bem como do envolvimento das famílias;
- Analisar as perceções das famílias participantes quanto ao seu envolvimento, à intervenção que lhes é proposta e quanto à eficácia do Sistema de Promoção e Proteção, dos CAFAP

TEMA: **ANÁLISE DO ENVOLVIMENTO PARENTAL NA EFICÁCIA DAS INTERVENÇÕES DOS CAFAP EM FAMÍLIAS DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO NO CONCELHO DE BRAGANÇA**

Âmbito: Mestrado em Educação Social e Intervenção ao Longo da Vida

Entrevistado: Famílias em CAFAP

Data e Local :

Duração aproximada:

Objetivo Geral: Compreender o impacto do envolvimento parental na eficácia das intervenções em famílias sinalizadas de risco e/ou perigo no âmbito do cafap.

DESIGNAÇÃO DOS BLOCOS

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

FORMULÁRIO DE QUESTÕES

A

- Explicitar os fundamentos e objetivos da entrevista;

<p>Legitimação da entrevista</p> <p>A Motivação do entrevistado</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Motivar o entrevistado; - Garantir a confidencialidade; - Solicitar autorização para o registo áudio da entrevista. 	<ul style="list-style-type: none"> - Informar sobre o Trabalho de Investigação; - Indicar os objetivos da entrevista; - Pedir ajuda ao entrevistado, uma vez que o seu contributo é imprescindível para o êxito do trabalho; - Assegurar o carácter de confidencialidade das informações prestadas; - Solicitar autorização para a gravação da entrevista; - Agradecer a colaboração.
<p>B Caracterização do entrevistado</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Género; - Idade; - Situação profissional; - Nível escolaridade; - Grau parentesco; - habita em meio rural ou urbano; 	<ul style="list-style-type: none"> - Qual a sua idade? - Encontra-se empregado de momento? - Qual o seu nível académico? - Qual o seu grau de parentesco com a criança? - Mora na cidade ou na aldeia?
<p>C Conhecer a/s percepção/s das famílias sobre as práticas institucionais</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Acolhimento - Definição do projeto/intervenção; - Metodologia utilizada; - Relacionamento técnico-família; - Sucesso/Insucesso práticas; 	<ul style="list-style-type: none"> - Pode, por favor, descrever como foi o seu acolhimento inicial na instituição? - Conhece o seu processo e projeto de intervenção? Se sim, participou na sua elaboração? Como? - Como classifica o relacionamento técnico – família? Pode descrever? - Analisando o trabalho desenvolvido com o CAFAP, pode concluir que este tem conseguido sucesso ou insucesso no seu caso? Em que medida? Pode exemplificar?
<p>D Conhecer a/s percepção/s das famílias sobre si</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Identificação dos problemas/necessidades (riscos e perigos) 	<ul style="list-style-type: none"> - Conhece os motivos pelos quais está a ser intervencionado no CAFAP? Se sim, pode identificar qual/quais?

- Assunção dos problemas/necessidades
- Análise das soluções e propostas intervenção
- Analise da sua situação
- Desses motivos de intervenção, considera-os adequados e/ou ajustados à sua realidade ou não? No seu ponto de vista existiriam outros? Ou nenhuns? Porquê?
- Pensando nas soluções e/ou propostas de intervenção que é/ou será alvo pelo CAFAP, considera-as ajustadas ou não? Porquê?
- Quer destacar alguma solução e/ou proposta de intervenção que não esteja prevista mas consideraria melhor?
- Perspetivando o seu caso, considera o apoio e a ajuda do CAFAP essencial? Porquê?

<p>E</p> <p>Tipo de parentalidade e nível de envolvimento parental</p>	<p>de Identificar o tipo e o nível de envolvimento parental</p> <p>Perceber qual o (principal) tipo de parentalidade identificável (); a) Autopercecionado; b) classificado;</p> <p>envolvimento autopercecionado ()1;</p>	<p>Existem 3 tipos de estilos de parentalidade, são eles: Autoritativo (Democrático); Autoritário e Permissivo.</p> <p>Por favor, diga-me se, nos últimos 6 meses, estas situações se passaram com</p> <ol style="list-style-type: none"> 1- Explicou por que as regras devem ser seguidas 2- Gritou com o seu filho quando ele me desobedece 3- Permitiu que o seu filho faça o que quiser 4- Conversou com seu filho sobre seus sentimentos 5- Exigiu obediência sem explicações
--	--	---

¹ Definição: Parenting Styles and Dimensions Questionnaire (PSDQ)
 Chave de Correção- Autoritativo (Democrático): Itens 1, 4, 7, 10, 13, 16, 19, 22, 25, 28
 Autoritário: Itens 2, 5, 8, 11, 14, 17, 20, 23, 26, 29
 Permissivo: Itens 3, 6, 9, 12, 15, 18, 21, 24, 27, 30

- 6- Não conseguiu dizer "não" ao seu filho
- 7- Estabeleceu regras claras em casa
- 8- Castigou o seu filho fisicamente
- 9- Deixou seu filho decidir o que é melhor para ele
- 10- Escutou o seu filho antes de tomar decisões que o afetam
- 11- Mostrou raiva quando o seu filho desobedece
- 12- Raramente impõe limites
- 13- Dá elogios quando o seu filho se comporta bem
- 14- Acredita que os filhos devem obedecer sem questionar
- 15- Evita entrar em conflitos com o seu filho
- 16- Tem regras consistentes em casa
- 17- Usa ameaças para conseguir obediência
- 18- Permitiu que o seu filho ignore regras se estiver cansado
- 19- Ajuda o seu filho a refletir sobre suas escolhas
- 20- Reage com punições severas quando o seu filho o desafia
- 21- Não supervisiono o que o seu filho faz
- 22- Encoraja o seu filho a expressar as suas opiniões
- 23- Manda o seu filho calar a boca quando lhe responde
- 24- Aceita desculpas em vez de aplicar consequências
- 25- Tem empatia pelos sentimentos do seu filho

26- Dá ordens sem considerar o ponto de vista do seu filho

27- O seu filho não tem hora para dormir

28- Promove autonomia com responsabilidade

29- É severo e rígido com o seu filho

30- Não consegue impor limites mesmo quando necessário

As opções de resposta são:

1- Nunca Aconteceu

2- Aconteceu

3- Aconteceu algumas vezes frequentemente

4- Aconteceu frequentemente

5- Acontece sempre

Anexo 3 – Termo de Consentimento Informado: participação na entrevista

Eu, _____, declaro ter sido informada(o) sobre o âmbito, objetivos e metodologia do estudo “Análise do envolvimento parental na eficácia das intervenções dos CAFAP em famílias de crianças e jovens em risco do concelho de Bragança”, e aceito participar de livre vontade no mesmo.

Compreendo que a minha participação é voluntária e que posso desistir a qualquer momento, sem qualquer consequência negativa. Reconheço que, ao participar neste estudo, estou a contribuir para o desenvolvimento científico na área social, tendo conhecimento dos objetivos e relevância desta investigação, não existindo qualquer benefício direto ou indireto previamente acordado.

Declaro ainda compreender que toda a informação recolhida será tratada com absoluta confidencialidade, sendo utilizada exclusivamente para fins científicos. A minha identidade e quaisquer dados que permitam a minha identificação não serão divulgados em relatórios, publicações ou a terceiros não envolvidos no estudo, exceto caso eu o autorize formalmente por escrito. Após a conclusão da investigação, todos os dados serão devidamente eliminados.

Nome: _____

Assinatura: _____

Data: ____ / ____ / _____

Anexo 4 - Termo consentimento informado: consentimento gravação entrevista

No âmbito da realização da entrevista, autorizo a gravação da mesma, compreendendo que este procedimento tem como objetivo facilitar a transcrição e permitir a recolha fidedigna de informação relevante para a investigação. Declaro ter sido informada(o) de que todas as gravações serão utilizadas exclusivamente para fins científicos, garantindo-se confidencialidade e anonimato. Após a conclusão do estudo, o material será destruído.

Nome: _____

Assinatura: _____

Data: ____ / ____ / _____